

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
FERNANDO MELO MESEL LOBO**

**CHINA: DE MAO A DENG - AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MEIO
RURAL QUE INFLUENCIARAM O CRESCIMENTO DO PAIS NO ÂMBITO
INTERNACIONAL.**

**RECIFE
2012**

FERNANDO MELO MESEL LOBO

**CHINA: DE MAO A DENG - AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MEIO
RURAL QUE INFLUENCIARAM O CRESCIMENTO DO PAIS NO ÂMBITO
INTERNACIONAL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora:

Prof. MSc. Jeanete Magalhães Viégas

**RECIFE
2012**

Lobo, F. M. M.

China: de Mao a Deng, as políticas públicas voltadas ao meio rural que influenciaram o crescimento do país no âmbito internacional. / Fernando Melo Mesel Lobo. O Autor, 2012.

60 folhas.

Orientador (a): Profª Jeanete Magalhães Viégas

Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã. Trabalho de conclusão de curso, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais 2. Políticas Agrárias 3. Economia Chinesa 4. Desigualdade na China.

327 CDU (2ªed.)

327 CDD (22ª ed.)

Faculdade Damas

TCC 2012-139

FERNANDO MELO MESEL LOBO

CHINA: DE MAO A DENG - AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MEIO RURAL QUE INFLUENCIARAM O CRESCIMENTO DO PAIS NO ÂMBITO INTERNACIONAL.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em 23 de Novembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. MSc. Jeanete Magalhães Viégas.
Faculdade Damas da Instrução Cristã
(Orientadora)

Prof. Dra. Margarita Maria Lara Neves.
Faculdade Damas da Instrução Cristã
(responsável disciplina Projeto Experimental)

Prof. Dr. Thales Castro
Faculdade Damas da Instrução Cristã
(Avaliador Interno)

Dedicatória

Às minhas amadas avós, Clarice Mesel e Maria dos Prazeres, que sempre me ensinaram a diferença entre o bem e o mal. Está para nascer um neto mais apaixonado.

Agradecimentos

Agradeço ao Pai maior pela dádiva da vida e o presente da família. Aos meus avós amados e familiares queridos. Ao meu pai amado, Heitor Mesel, pelas oportunidades e aprendizados, de forma que nada disso seria possível sem seu apoio e carinho. À minha mãe Ana Maria e irmã Luciana, pelos grandes aprendizados que passamos juntos.

Agradeço ao meu primo Eduardo pela ajuda na hora da correção e por todos os dias de papos e alegrias que por tantos anos nos fizeram mais que primos. Irmão mais amado, não há.

A musica que me acompanha desde as primeiras encarnações e que jamais sairá dos meus ouvidos pois mora em meu coração.

A minha amada Juliana, futura mãe dos meus filhos, que ocupa grande espaço no meu coração e alegra a minha vida. Façamos deste, mais um de tantos ganhos e conquistas na nossa jornada.

“Sábio é o homem que vence a batalha sem lutar,
Mesmo sabendo que tem o poder de vencê-la lutando”

Provérbio Chinês.

Resumo

Este trabalho se propõe a analisar as políticas convenientes ao contexto histórico chinês nos governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping, onde são abordados fatores relevantes a economia e aos processos de desigualdade social que se apresentaram como determinantes no despontamento internacional da economia chinesa. São abordados fatores históricos de exímia importância para a atual realidade chinesa diante do cenário internacional. Desde as políticas maoistas do Grande Salto Adiante, Movimento das Cem Flores e Revolução Cultural; até os processos políticos que buscaram abrir a China para o mercado internacional através de políticas propostas por Deng que trouxeram a fase de responsabilidade ao campo, a campanha das Quatro Modernizações, o Tidu Lilun e tantas outras ações que buscaram incentivar o crescimento econômico do país. O trabalho demonstra como as políticas de controle migracionais, atreladas aos processos de desenvolvimento regional, influenciaram nos processos de desigualdade entre campo e cidade e como o governo chinês vem lidando com o fato.

Palavras Chaves: Políticas Agrárias; Economia Chinesa; Desigualdade na China.

Abstract

This academic study intends to analyze the Chinese historical politic acts from Mao Zedong and Deng Xiaoping governments therefore important economy and inequality matters shall be discussed as they are determinants in the Chinese international economy. Mao Zedong politics as The Great Leap Forward, Hundreds Flower Movement and The Cultural Revolution; even all the actions took by Deng Xiaoping for opening the Chinese international market as The Four Modernization, The Tidu Lilun and many other political actions that tried to help the Chinese economic growth. The study concludes by demonstrating how migrational control systems and the regional development process where both facts of influence in the inequality process between the city and the countryside areas and how the Chinese government deals with it.

Key Words: Agricultural Politics; Chinese Economy; China's Inequality.

Sumário

Introdução	10
Capítulo I - Revisão teórica das políticas voltadas à terra nos governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping	15
1.1 Legado Maoísta	15
1.2 Comunas Rurais	18
1.3 Registro de residência Chinês - O Hukou	18
1.4 Políticas de Deng	19
1.4.1 Fase da Responsabilidade	20
1.5 Desigualdade Territorial	21
Capítulo II - De Mao a Deng: o desenvolvimento das políticas agrárias na China nos governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping	23
2.1 O Fundo de investimento do campo	23
2.2 O Movimento das <i>Cem Flores</i>	25
2.3 Falha nas comunas	26
2.4 Revolução Cultural	30
2.5 Fim da Aliança Soviética	31
2.6 Deng Xiaoping	32
2.6.1 Deng e a Terra	36
2.7 TVEs	43
Capítulo III - Desigualdade interna e sucesso internacional	45
3.1 Campo x Cidade	45
3.2 Investimento estrangeiro e comércio exterior	51
3.3 China e o Mundo	51
3.4 Hukou	53
3.5 Mao e o Hukou	54
3.6 Economia Migracional	55
Considerações Finais	57
Referências Bibliográficas	59

Introdução

Em outubro de 1949, após um longo período de confrontos entre o Kuomintang do general Chiang Kai-Shek e os opositores rebeldes comunistas de Mao Tsé-tung , nasce a República Popular da China. Um país que, no início do século XX, fora multifacetado pelo domínio dos chamados *Senhores de Guerra* (grandes proprietários de terra com exércitos particulares), unificado pelo Kuomintang - Partido Nacional do Povo- e reestruturado pelo PCC - Partido Comunista Chinês. (POMAR,2003)

A China do início do séc. XX caminhava para a unificação nacional. O surgimento de movimentos populares rurais e urbanos que defendiam os três princípios: nacionalismo, democracia e bem-estar do povo que foram essenciais para a unificação de um estado até então descentralizado. Surge daí o Kuomintang, fundado pelo Dr. Sun Yat-sen e o sentimento revolucionário estruturado pela crença de que a burguesia deveria comandar a revolução no país. O Kuomintang seguia o ideal socialista difundido pela URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas- na segunda convenção da IC - Internacional Comunista- realizada em 1920 , onde ficou decidido que o partido comunista soviético deveria:

[...] selar uma aliança temporária com a democracia burguesa dos países coloniais e atrasados, mas não fundir-se com ela, e deveriam manter incondicionalmente a independência do movimento proletário, inclusive em suas formas mais embrionárias. (FERREIRA E REIS, 2000, p. 86)

Tal determinação estruturava-se na crença do enfraquecimento capitalista através do bloqueio de riquezas e matérias primas retirados do Oriente, principalmente Índia e China, pelo Ocidente. Realizando, portanto, uma revolução a nível global. Já em 1922, devido a constantes tensões armamentistas entre URSS e Grã- Bretanha (principal inimigo da URSS no momento), a IC decide intensificar a participação dos partidos comunistas aliados na política externa soviética e determina o ingresso de seus militantes chineses do PCC , criado desde 1921 pelo operariado chinês, no Kuomintang – que era considerado pela IC como um partido de proletários e camponeses , afim de unir o proletariado com o ideal nacionalista. Vale salientar que essa ação não fora bem quista pela parcela total do PCC que enxergava uma mudança ideológica do partido em beneficiamento da extrema esquerda burguesa. Em 1923, no I Congresso Nacional do Kuomintang , para selar a união com o PCC, Sun Yat-sen formula as Três Grandes Políticas do Povo : cooperação com os comunistas, cooperação com a união soviética e atenção aos operários e camponeses. Ficava selada, então, a união PCC e

Kuomintang afim de derrotar os senhores de guerra do norte e concretizar a revolução em âmbito nacional.

Em 1925 morre Sun Yat-sen e tem início uma série de conflitos internos dos latifundiários, militaristas do sul e burguesia burocrática com os operários e camponeses representantes do PCC aliados ao Kuomintang. A China entra em uma guerra civil dividida em várias fases e que perdurou até 1949 com a vitória dos comunistas. De um lado o Kuomintang liderado pelo general Chiang Kai-Shek que possuía apoio da burguesia e do empresariado chinês e, do outro lado o PCC liderado por Mao Tsé-tung.

Em 1927, ano da primeira guerra civil chinesa, Chiang Kai-Shek comanda um golpe bélico contra os comunistas rompendo o antigo laço entre os partidos e obrigando a retirada do PCC para a zona rural da China. Inicia-se a Grande Marcha do partido comunista e, conseqüentemente, o início da campanha pela obtenção de popularidade nacional, iniciada no campo e levada para as cidades posteriormente. Segundo Hutton (2008), o PCC começava a entender como fazer uma revolução de acordo com as necessidades das massas, tornando-se verdadeiramente popular. O conflito entre partidos afastou, ainda mais, as chances de uma unificação nacional rápida e eficiente. Mesmo separados, os comunistas (operários e camponeses) e nacionalistas (latifundiários, burguesia burocrática e estrangeira) ainda compartilhavam o mesmo objetivo de unificação nacional. Em 1931, nacionalistas e comunistas se veem unidos novamente frente à invasão japonesa que, entre 1937-38, já havia se apossado de Xangai, Nanjing e Cantão. Em 1941, o Japão já ocupava as regiões litorâneas do norte, o centro e o sul do país, sobrando apenas a região remota e montanhosa do oeste no comando de nacionalistas e comunistas. O popularismo de Mao crescia junto à massa camponesa na China e de todos que enxergavam no comunismo a melhor forma de modernizar a China e vencer a guerra.

[...] o acampamento-base de Mao, em Yan'na, era o ponto central para diversos intelectuais, estudantes, trabalhadores e homens de negócios que fugiam dos japoneses e viam o comunismo como a forma mais eficiente de modernizar a China e vencer a guerra. (HUTTON, 2008, p.166.)

Segundo o mesmo autor, o contexto político internacional da época voltava-se para as teorias ocidentais dominantes onde os estados deveriam organizar o seu desenvolvimento

econômico à exemplo do New Deal¹ de Roosevelt nos EUA, Stalin na URSS e Hitler na Alemanha. Ficou claro então que, em busca do desenvolvimento econômico, a China deveria ser liderada por um governo legítimo que obtivesse controle de toda a extensão rural. Mas isso não seria possível sem a realização de reformas que confrontassem os proprietários de terras e a aristocracia local. Os nacionalistas não tinham condições de promover tal reforma, e conseqüentemente, tal desenvolvimento, uma vez que dependiam dos proprietários de terra e da aristocracia. Mas esta era a proposta comunista declarada na época. Ao fim do conflito em 1945, a popularidade nacional e reconhecimento dos esforços contra as tentativas de colonização japonesa caem nos braços do partido comunista. Uma vez reconhecido e fortalecido nacionalmente, o PCC concretiza sua vitória sobre o Kuomintang em 1949.

Mao promoveu, entre 1949 e 1976, ano de sua morte, uma série de reformas que buscaram a unificação e fortalecimento integracionista na China. Ele estatizou empresas, pôs fim a dominação estrangeira e fortaleceu a democracia e o socialismo na China. A força do partido, desde sua origem, assim como grandes mudanças estruturais na China, sempre estiveram atreladas a população camponesa. A mesma população que hoje se encontra na base da pirâmide do desenvolvimento chinês. Seu legado deixou marcas e bases estruturadas em um país que, por muito tempo, não possuía características que o definissem como um estado nação, visto que não possuía um governo soberano e legítimo.

As inúmeras mudanças políticas ocorridas durante e após a transição dos governos comunistas de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping foram de exímia importância nas estruturas social, política e econômica do país. Deng executou papel importante quanto à abertura do mercado chinês perante o mundo e, principalmente, perante as grandes potências capitalistas da época. Transformando a economia chinesa através de ações ímpares que conservaram a essência comunista do país, mas que, ao mesmo tempo, construíram patamares para o usufruto de princípios capitalistas de mercado.

O presente trabalho objetiva analisar as políticas e reformas voltadas para o campo na China, através de procedimentos históricos, durante os governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping. Visando compreender a influência dessas reformas no atual crescimento econômico chinês e a sua ligação com a desigualdade nacional assim como a disparidade chinesa competitiva no cenário internacional. O trabalho divide-se em três capítulos de abordagens teóricas e analíticas sobre o contexto em questão.

¹ Política de recuperação econômica estadunidense proposta pelo presidente Frank Delano Roosevelt na década de 1930.

O primeiro capítulo compreende uma revisão do material teórico das políticas voltadas à terra nos governos de Mao Tsé-Tung e Deng Xiaoping, sendo composto por opiniões de autores sobre o desenrolar dos acontecimentos – considerações gerais sobre a totalidade dos governos de Mao e Deng mais relevantes ao projeto como o sistema de comunas, sistema de registro de residência chinês e a visão dos autores sobre os principais aspectos que influenciaram no processo de desigualdade e impulsionaram a economia interna através da abertura de mercado.

O segundo capítulo analisa o desenvolvimento das políticas agrárias na China nos governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping. Através de uma breve abordagem sobre a coletivização das propriedades agrárias e o fundo de investimento do campo que buscou utilizar o excedente da produção agrícola pra que fosse possível avançar com o desenvolvimento industrial no país. O capítulo busca situar eventos importantes que ficaram marcados na história da China como: o movimento das Cem Flores em 1957, o Grande Salto Adiante em 1958, a Revolução Cultural em 1966 e, de que forma o desenvolvimento desses acontecimentos influenciou nos processos de radicalização comunistas construídos por Mao e como se ergueram perante a vida da população chinesa. O capítulo também aborda a desconstrução dos antigos modelos políticas de Mao através das novas vertentes políticas de Deng que foram responsáveis pela abertura de mercado chinês. Teve início a *fase de responsabilidade* no país, onde o poder, antes retirado dos intelectuais no governo de Mao, agora voltava para a mão de técnicos, professores, engenheiros e todos os intelectuais que haviam sido reprimidos no antigo governo. Criaram-se incentivos ao surgimento de novas empresas e políticas que buscassem alcançar uma situação econômica favorável ao país. Traz a tona, o famoso problema da super população da China e todas as dificuldades econômicas que essa realidade representava no país e como foram elaboradas políticas que buscavam conter o contingente de recém-nascidos para que as gerações futuras não viessem a, possivelmente, morrer de fome. As mesmas políticas que trouxeram a volta da economia interna de mercado chinesa, onde os camponeses retomavam o direito de comercializar o excedente de produção após terem vendido sua quota de responsabilidade ao estado. O governo de Deng demonstrou compromisso com a melhoria de vida do camponês no início da década de 1980 através do desenvolvimento das empresas chamadas de TVEs - Town-Village Enterprises - mas acaba por aumentar o fosso “Urbano X Rural” com o passar dos anos, como é demonstrado no terceiro capítulo.

O terceiro capítulo busca realizar uma análise das consequências das políticas chinesas de desenvolvimento econômico regional que fora resultado de um processo histórico de

desigualdade social entre as regiões leste e oeste e que aprofundaram, ainda mais, o *gap* entre campo e cidade. A política de desenvolvimento da costa chinesa foi promovida por políticas que buscavam alavancar o comércio exterior do país através de benefícios fiscais para empresas estrangeiras. Viu-se o aumento de investimento estrangeiro e a necessidade de mão de obra abundante e barata na região. Como consequência, o governo teve que optar por realizar ações que visassem uma maior liberdade quanto o sistema de controle migracional. E nesse contexto, o capítulo se encerra com o contraponto econômico entre a economia desenvolvimentista do país sustentada pela desigualdade social.

Nas considerações finais do TCC observa-se o fato de que a China comunista radical de Mao Tsé-tung passou por transformações que lhe custaram formulas e receitas capitalistas de mercado para que fosse possível combater o fantasma da fome, miséria e subdesenvolvimento que por tantas vezes assombraram o país asiático. Da mesma forma que para chegar a seu patamar econômico internacional teve que aderir políticas que garantissem incentivos internos a diversos atores do cenário internacional. Mas mesmo diante de tamanhas mudanças políticas que visassem o melhoramento econômico e social, suas raízes comunistas ainda se fazem presentes em sistemas como o Hukou que exerce influência sobre a vida de diversos camponeses que vivem às sombras do Partido Comunista Chinês.

Capítulo I

Revisão teórica das políticas voltadas à terra nos governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping.

Passados 30 anos de reformas estruturais e de um desempenho econômico extraordinário, a China entrou no século XXI com um balanço social complexo: o mesmo país que reduziu a pobreza com rapidez histórica também produziu um dos níveis de desigualdade de renda e de acesso a bens públicos mais latentes do mundo em desenvolvimento. (MORAIS, 2011, p. 10)

Sobre o período maoísta, comenta Hobsbawm (1994):

“os absurdos mortais do “Grande Salto” se deveram basicamente à convicção, que o regime chinês partilhava com o soviético, de que a agricultura devia ao mesmo tempo alimentar a industrialização e manter-se sem o desvio de recursos de investimento industrial para ela. Em essência, isso queria dizer substituir incentivos “materiais” por “morais”, o que significa, na prática, pôr o volume quase ilimitado de braços disponíveis na China no lugar da tecnologia que não havia” (HOBSBAWM, 1994, p. 455)

Tendo em vista as mudanças agrárias no território chinês durante os governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping entre 1949 e 1992 – suas diversas características e seu desenvolvimento temporal – a abordagem inicial buscará identificar os pontos relativos às reformas políticas na China de influência direta na zona rural e, conseqüentemente, nos centros urbanos.

1.1 Legado Maoísta

Hobsbawm (1994) afirma que a China da década de 1950 era essencialmente agrária. Dos 600 milhões de chineses, mais de 500 milhões viviam na zona rural (os camponeses representavam mais de 90% da população). Uma população precária que vivia com cerca de meio quilo de arroz ou outros grãos por dia e consumia menos de 0,08 quilo de chá por ano, da mesma forma que adquiria um novo par de calçados a cada cinco anos.

Segundo mesmo autor, o campo fora a base do sistema maoísta desde os tempos de guerrilha até depois da instauração da Revolução Cultural em meados da década de 1960. Não foi no governo de Mao que a China passou por uma industrialização em massa, visto que

ainda na década de 1980 a população rural passou a representar 80% da população da China. Entre 1949 e 1956 as coisas pareciam melhorar consideravelmente na vida do camponês na China e a produção de grãos se elevou em mais de 70% no início do governo Mao. Entretanto, Hobsbawm (1994) afirma que as duas décadas posteriores foram catastróficas para o povo chinês e que culminaram com o rompimento com a União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1956; a ultrarrápida coletivização da agricultura camponesa, em 1955-7; o Grande Salto Adiante industrial, em 1958, seguido pela grande fome de 1959-61 e os dez anos de Revolução Cultural, que terminaram com a morte do timoneiro (Mao), em 1976.

Hobsbawm (1994) – ao mencionar “Taylor & Jodice, 1983: C.L. Taylor & D.A. Jodice, World Handbook of Political and Social Indicators” – não deixa de afirmar que por mais obscuros que tenham sido os 20 anos de governo maoísta, deve-se levar em consideração que, pelos padrões do terceiro mundo na época, a China caminhava muito bem em seu desenvolvimento social:

No fim do período de Mao, o consumo médio de alimento chinês (em calorias) estava um pouco acima de todos os países, acima do de 14 países nas Américas, 38 na África e mais o menos metade dos Asiáticos – bem acima do sul e sudeste da Ásia, com exceção da Malásia e Cingapura. (HOBSBAWM, 1994, p. 455)

Morais (2011) traz uma tabela detalhada sobre a questão da distribuição de renda em comparação com diversos países em desenvolvimento que passavam por situações de pobreza semelhantes ao da China. Fica clara a evolução da pobreza em Bangladesh, Índia, Paquistão, Sri Lanka, Indonésia, Malásia, Filipinas e Tailândia que foram analisados em períodos próximos ao final do governo de Mao Tsé-tung. A evolução do processo pode ser analisada a partir dos coeficientes Gini² – utilizado para medir o nível de pobreza de um país ou região – e de sua significância no problema em questão. O coeficiente chinês é o menor, juntamente com Paquistão e o Sri Lanka.

² O coeficiente Gini é um coeficiente utilizado para medir a desigualdade: e consiste em um número entre 0 e 1, onde “0” representaria a completa igualdade de renda (todos possuiriam a mesma renda) e “1” corresponderia a total desigualdade (uma pessoa teria toda a renda). Elaborado por Conrado Gini em 1912.

Tabela 1 – Distribuição de renda total na China e comparações internacionais.

	40% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Coef. Gini
China (1979)	18,4	39,3	22,5	0,33
Bangladesh (1973/4)	18,2	42,2	27,4	0,34
Índia (1975/6)	18,5	46,5	31,4	0,38
Paquistão (1970/1)	20,6	41,5	26,8	0,33
Sri Lanka (1969/70)	20,8	41,8	27,4	0,33
Indonésia (1976)	14,4	49,4	34,0	0,44
Malásia (1973)	12,5	55,1	39,8	0,50
Filipinas (1971)	14,2	54,0	38,5	0,47
Tailândia (1975/6)	15,8	49,3	33,4	0,42

Fonte: Wold Bank, 1983, *apud* Riskin, 1987, p.250. *apud* Morais (2011)

A mesma autora aponta que a literatura Anglo-Saxã, ao se referir ao período maoísta chinês, apresenta o período, de forma geral, como sendo negativista e até catastrófico a partir da Revolução Cultural e de suas políticas como o Grande Salto Adiante. Ela enxerga quase que apenas a luta contra a invasão japonesa, paralelamente à unificação nacional com a derrota do Kuomintang pelo PCC e também a reforma quinquenal de 1953-57 como sendo os únicos fatores positivos do governo maoísta. A literatura Anglo-saxã aponta, em linhas gerais, as políticas chinesas iniciadas em 1978, à exemplo das quatro modernizações lançadas no governo de Deng Xiaoping, como responsáveis pela “volta ao centro” do país.

“A simplificação é uma forma de não enfrentar os paradoxos do período – e, talvez, de passar “cientificamente” posicionado por um debate ideológico inconcluso dentro da própria China. Paradoxalmente, foi durante o maoísmo que o país fez sua primeira transformação econômica estrutural e estabeleceu-se como uma nação industrializada, mas sem equivalente urbanização, mantendo mais de 80% da população nas zonas rurais.”(MORAIS, 2011, p. 25 e 26)

Para Morais (2011), os feitos maoístas sociais, quando analisados e comparados internacionalmente, possuem características ímpares e positivas ao viés *dos países em desenvolvimento* da época: a eliminação da propriedade e o início do sistema de comunas rurais foram responsáveis pelas menores taxas de desigualdade urbanas no mundo e proporcionaram segurança alimentar, cuidados médicos e educação básica para cerca de 80% da população na China. Se comparada com Sri-Lanka, Paquistão e Bangladesh, países superpopulosos da época, a China encontrava-se em condições sociais muito melhores. Essa

situação fez com que na década de 1980 (alguns anos após a morte de Mao) o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou Banco Mundial, concluísse que os mais pobres na China estavam em situação muito melhor do que os mais pobres de outros países em desenvolvimento na época.

1.2 Comunas Rurais

Segundo Pomar (2003), o sistema de comunas rurais teve início a partir de 1958 no segundo plano quinquenal do governo maoísta e compreendia uma série de obrigações e direitos, determinados pelo governo chinês, dos camponeses para com suas *antigas propriedades agrárias* (uma vez que o governo buscou acabar com as propriedades privadas na China): os camponeses cederiam suas terras em função das políticas da comuna (formada por uma média de 25 cooperativas rurais) em questão e teriam seus excedentes agrícolas obrigatoriamente “confiscados” – excedentes seriam vendidos para o estado a preços baixos – pelo estado chinês. Segundo o plano, a renda dos camponeses seria diretamente proporcional à extensão de terras cedidas e a sua força de trabalho. Veremos que a proposta do sistema não foi bem implementada em decorrência dos diversos descontentamentos nas comunas pelos camponeses a partir, principalmente, do segundo plano quinquenal do governo maoísta – como será abordado no segundo capítulo do trabalho.

1.3 Registro de residência Chinês - O Hukou

Ainda no viés do governo maoísta, Ouriques e Andrade (2009) explanam as políticas de controle migratório que, neste contexto, são de primordial importância. Sistemas de controles migracionais são datados desde épocas ancestrais nas dinastias Qin e Qien no território chinês e, neste caso, o “Hukou” (como é chamado o atual sistema de registro de residência chinês) ocupou e ainda ocupa papel importante quanto à situação social e trabalhista no país.

Hukou é o sistema de registro de residência chinês. O sistema possuía três objetivos principais na China de 1949: 1) desencorajar a movimentação dos habitantes do campo para as cidades; 2) ajudar o governo a alocar a força de trabalho geograficamente; 3) facilitar o controle sobre criminosos e inimigos do governo – como os membros do Kuomintang. Segundo Ouriques e Andrade (2009), devido ao Hukou, as cidades chinesas comportam uma grande massa de migrantes ilegais que são responsáveis por grande parte do desenvolvimento econômico alcançado pela China. No sistema Hukou, cada cidadão tem um registro de

residência que é vinculado à determinada província. Cada cidadão só pode possuir um Hukou (um registro) que o concede vantagens advindas das políticas públicas do local de residência. No Hukou também está incluída uma série de informações e dados pessoais como religião, endereço residencial, emprego atual, detalhes do nascimento, se possui passagem pelo exército de libertação, nível de instrução, atividade econômica e mudanças de local. Através desses dados, o cidadão seria alocado para determinados tipos de trabalho, produção agrícola e outras funções administradas pelo controle central do MSP (Ministério de Segurança Pública). Esse controle governamental influencia profundamente, ainda hoje, as oportunidades na vida dos cidadãos chineses.

Segundo Ouriques e Andrade (2009), o sistema teve sua primeira versão criada e utilizada nas cidades em 1951 pelo MSP e foi implantado quatro anos depois em 1955 no campo. No princípio, o sistema funcionava como forma de controle dos chamados “inimigos de classe” (normalmente ex-oficiais e soldados do Kuomintang) e de pessoas que migravam para as fronteiras do país sem autorização. Dessa forma, nos primeiros anos da China comunista, as pessoas estavam livres para migrar livremente pelo país da forma que quisessem – uma situação impar na história da China. O que se viu foi uma “inundação populacional” nos grandes centros urbanos como Pequim e Xangai. Com a implantação do sistema Hukou em 1958, o controle da massa migratória fora obtido por Mao Tsé-tung. Ainda no início do sistema, nas décadas de 60 e 70, o mesmo, era tão rigoroso que não existia a possibilidade de migração interna na China (trocar o Hukou de uma comuna, cidade ou província por outra comuna, cidade ou província). Se autuado pelas autoridades, o migrante ilegal pagaria severa multa e poderia ser enviado de volta ao local de Hukou de origem.

Ao decorrer do trabalho serão analisadas particularidades do sistema através de sua evolução temporal e como ele foi, e ainda é, fator de extrema influência nos processos de desenvolvimento econômico das grandes cidades chinesas em contraponto com a desigualdade no campo.

Com a morte do Grande Timoneiro em 1976, a China começa a dar os primeiros grandes passos para a abertura de mercado a nível internacional através das políticas de Deng Xiaoping que ocupa o governo em 1979.

1.4 Políticas de Deng

Hobsbawm (1994), ao mencionar o início do governo Deng, enfatiza a sensação nacional de que existia algo extremamente errado com as políticas radicais advindas do

governo Mao e que ainda assombravam a China do início da década de 1980. A partir de 1976 Hua Guofeng (sucessor apontado por Mao) comandou as rédeas do partido por um curto período de tempo. Na 3ª seção plenária do Comitê Central de 18 a 22 de dezembro de 1978 realizada pelo PCC, que já tinha como embasamento o projeto das *quatro modernizações*³, ficou clara a decisão do partido em: *concentrar suas principais energias e esforços em avançar a agricultura tão rápido quanto for possível*. Moraes (2011) aponta as primeiras novidades quanto as políticas do campo experimentadas pelo partido, as quais concediam às províncias e municipalidades a liberdade de testar e discutir sobre os novos formatos de trabalho nas extintas comunas, o sistema de responsabilidade familiar e a permissão de comercialização do excedente de produção do campo junto ao estado e aos mercados locais. A mesma seção também explanou a necessidade de obtenção de tecnologias e equipamentos mais avançados no mundo, a fim de expandir a cooperação econômica com outros países. A autora comenta que a China pós 1978 buscou realizar reformas que davam preferência aos problemas que ocorriam na zona rural, o que realmente aconteceu visto que até 1984 nada de surpreendente ocorria nas grandes cidades chinesas ou na costa do país – como seria de praxe em um país que estivesse buscando crescer como uma potência exportadora. O que se viu foi uma diminuição do *gap* “Campo X Cidade” na China do início de 1980 com um coeficiente Gini “caindo de 0,295 em 1980 para 0,244 em 1984”.

Mezzeti (2000) afirma que Deng procurou formar um grupo inovador através de uma reaproximação com o grupo de intelectuais açoitados pelo movimento das Cem Flores e por todo o governo de Mao. Ao contrário do que Moraes (2011) apontou, Mezzeti (2000) afirma que o início do governo de Deng foi marcado por uma série de ações políticas que visassem, além do desenvolvimento interno do país, o desenvolvimento das relações internacionais chinesas com o mundo, incluso uma série de medidas para o desenvolvimento de relações comerciais estrangeiras

1.4.1 Fase da Responsabilidade

Compreende uma série de ações políticas, do início do governo Deng, voltadas para a diminuição do controle estatal em vários setores do Estado chinês (educacional, industrial, agrícola e outros), alocando os devidos profissionais competentes de cada setor para

³ Política proposta, primeiramente, pelo antigo primeiro-ministro chinês Chu En-lai em 1975, onde seriam implementadas modernizações através de um amplo projeto nacional de políticas industriais, educacionais, agrícolas, científicas, tecnológicas e de defesa. Buscando unir as 4 esferas iniciais da indústria, agricultura, ciência e tecnologia e forças armadas.

administrá-los. A fase de responsabilidade também buscou proporcionar uma série de políticas que aumentassem a autonomia das intermináveis instituições estatais (Hutton, 2008).

Morais (2011) fala que a fase de responsabilidade familiar ofereceu um aumento considerável na renda camponesa, diminuindo o fosso entre as zonas agrárias e urbanas na China. O estado chinês passaria por um processo chamado de *descomunização*⁴ onde seriam repartidos lotes de terra entre as famílias camponesas afim de assegurar a quota de produção ao Estado. Cada família estaria responsável pela produção de uma quota que seria revendida para o Estado e, na fase de responsabilidade no início da década de 1980, o Estado chinês pagava preços considerados como “um pouco acima da média de mercado”, já que o partido buscava aumentar o poder de consumo camponês. Na fase de responsabilidade, junto com o processo de descomunização surgiu o processo de industrialização rural e o aparecimento das TVEs – Antigas fábricas de pequena escala. Em 1993 essas fábricas passaram a ser chamadas de TVEs, do inglês *Towship and Village Enterprises* no governo de Deng, e foram e são os suportes principais para a economia rural.

Hutton (2003) afirma que as TVEs foram criadas no sistema de comunas para abastecer a demanda de produtos básicos internos na China. Assim como afirma que: sem as TVEs a China rural estaria fadada ao desemprego e a pobreza.

Diante do contexto agrário e sua transitoriedade entre os governos de Mao e Deng, caberá uma abordagem aprofundada sobre as principais políticas e seu desdobramento temporal no transcorrer do trabalho.

1.5 Desigualdade Territorial

Morais (2011) afirma que depois de passado o período de responsabilidade familiar no início da década de 1980, ocorreram mudanças significativas na economia chinesa que, cada vez mais, demonstravam que o crescimento econômico estaria atrelado às práticas capitalistas de mercado, mas que, no entanto, eram controladas por um estado de princípios e raízes comunistas. O grande problema em questão seria observar o crescimento do desenvolvimento chinês à custa de práticas que alargavam as disparidades entre as zonas rurais e urbanas no país. O aumento da renda urbana, ainda hoje, é um dos principais responsáveis pela grande movimentação de migrantes nas cidades chinesas. Nos meados da década 80 a China passa por uma reforma denominada *Tidu Lilun* que: compreendia a alocação de recursos econômicos e o fornecimento de facilidades fiscais e tributárias que buscavam atrair empresas

⁴ Desmanche do antigo sistema de comunas maoísta.

nacionais e estrangeiras para o litoral chinês. A reforma do *Tidu Lilun* buscava fazer, da costa chinesa, o motor do desenvolvimento do país e depois transferir todo esse desenvolvimento para o restante do país.

Nesse período surgem as ZEEs – Zonas Econômicas Especiais – que gozavam de regalias fiscais e tributárias que visavam desenvolver e expandir o comércio exterior chinês. Foram efetuadas políticas que visavam realizar contratos de *Join Venture* entre empresas chinesas e estrangeiras, buscando desenvolver a indústria local e beneficiar as práticas comerciais de exportação (Hauser, Zen, Selao, Garcia, 2007)

Capítulo II

De Mao a Deng: o desenvolvimento das políticas agrárias na China nos governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping

Em 1949, a China maoísta era essencialmente agrária. Levando em consideração que Mao Tsé-tung acabava de herdar um país onde 85% da economia nacional provinha unicamente da produção no campo, evidenciou-se então a necessidade do Timoneiro em estruturar o país através, principalmente, de políticas atreladas ao contexto rural.

2.1 O fundo de investimento do Campo

Hutton (2008) afirma que o governo chinês encontrava-se em uma situação desafiadora em 1950, uma vez que buscava investir no desenvolvimento industrial do país, mas não possuía arcabouços políticos para negociar empréstimos internacionais visto que os modernos fundos de investimentos, simplesmente, ainda não existiam no contexto internacional e devido a sua opção comunista de mercado fechado; ainda que já existissem, recém-criadas, instituições como o Banco Mundial (BIRD). A situação do sistema internacional da época não era economicamente propícia para a China devido as, até então, recentes rivalidades bélicas e ideológicas entre capitalismo e socialismo advindos do fim da Segunda Guerra Mundial e do atual contexto de guerra fria. A China sofria embargo econômico de grandes potências mundiais capitalistas – potências que passavam por momentos de grande ascensão econômica, como no caso dos Estados Unidos, e de influência sobre diversos países descontentes com o sistema econômico socialista internacional, ao mesmo tempo em que a China tinha a URSS como principal parceiro internacional. Mao, então optou pela criação de um fundo de investimento estruturado a partir da criação de um excedente agrícola alavancado pela produção rural interna, onde: os camponeses seriam participantes ativos de novas políticas agrárias que demandariam mais trabalho e uma maior produtividade no campo – uma verdadeira reforma agrária. O plano compreendia a abolição de antigos títulos dos camponeses para com suas terras e, conseqüentemente, o fim da propriedade rural e assim como o fim da base econômica nas relações de classe; também estava proposto o fim das empresas capitalistas privadas nas cidades. Tinha início o igualitarismo em busca do tão sonhado comunismo utópico chinês. Traçou-se então, o primeiro plano quinquenal maoísta através do famoso *igualitarismo radical*. Os objetivos do primeiro plano quinquenal eram vários como: quintuplicar as 1.600 empresas herdadas do

antigo governo nacionalista, diminuir em 70% o nível de analfabetismo entre homens e mulheres (no caso das mulheres o nível de analfabetismo feminino no campo chegava aos exorbitantes 99%). Ficou claro para o estado comunista a difícil tarefa em concretizar o desenvolvimento industrial e econômico atrelado à reforma agrária na China.

O início da reforma de 1950 foi marcado pela redistribuição de mais de dois quintos das terras camponesas. Assim como a busca pelo melhoramento da condição feminina com a adesão de políticas como: direito de pedir o divórcio, educação básica igualitária para meninos e meninas, entre outras mudanças em nome da igualdade social. A popularidade da revolução era extremamente alta no início do plano quinquenal e possuía participação ativa da população chinesa, visto que entre 1952-1957 a China experimentava um repentino crescimento econômico de 9,2%. Pomar (2003) afirma que a China de 1957 já apresentava indústrias de metal-ligas, aviões, equipamentos de geração de eletricidade, automóveis e de minas e máquinas pesadas de precisão. O crescimento continuava à medida que as cooperativas agrárias, recentemente formadas, seguiam de acordo com o plano e vendiam, obrigatoriamente e em preços baixos, um quarto de toda sua produção de cereais. Os camponeses acreditavam na reforma ainda que muitos não estivessem satisfeitos com a diminuição da sua renda que era medida de acordo com a extensão de terra cedida e a quantidade de trabalho executado nela. Segundo o mesmo autor, os camponeses tinham cerca de 25% de sua produção confiscada pelo estado para atribuição do excedente do fundo de investimento e aumento da capacidade produtiva do país. No primeiro plano quinquenal, cerca de US\$ 32 bilhões foram arrancados da agricultura através de impostos, jornadas voluntárias de trabalho e utilização dos fundos de acumulação das cooperativas. Ainda que a renda camponesa estivesse abalada devido ao excedente “confiscado” pelo estado, o governo chinês tratou de investir em programas sociais de forma que a fome endêmica fosse eliminada e as massas de miseráveis fossem erradicadas das províncias.

Até 1957, as disparidades *campo x cidade* atreladas ao aumento da renda urbana e diminuição da renda rural tornavam-se cada vez mais visíveis: o crescimento industrial e o baixo incremento na agricultura foram notados em nível nacional. O partido acreditava que todos os problemas que ocorriam eram devido à falta da completa conversão comunista de todo o sistema nas indústrias, no campo e no comércio. Ao fim de 1957, o partido reduziu de 7% a zero a participação da economia capitalista e de 72% a 7% a da economia individual. Da mesma forma que elevaram a participação da economia estatal de 19% para 32%, da coletiva ou cooperativa de 1,5% para 53% e da mista estatal privada de 0,7% para 8% (POMAR, 2003). Em 1956, 97% das famílias camponesas já faziam parte das cooperativas rurais e que

mais tarde passariam por um processo de *comunização* – início do sistema de comunas rurais. Vale salientar que a renda camponesa era diretamente influenciada pela quantidade de produção agrária que, por sua vez, estava ligada aos preços dos produtos agrícolas vendidos para o estado. Assim como o preço dos produtos industriais, essenciais para a mecanização mínima do campo, estavam relacionados com o investimento agrário, gerando uma cadeia econômica interna. Cadeia, esta, que sofria influência das importações de serviços soviéticos em grandes projetos estruturais que eram pagos com a exportação de insumos agrícolas.

2.2 O movimento das *Cem Flores*

Segundo Mezzeti (2000), a campanha das Cem Flores compreendeu uma *campanha de retificação*, realizada pelo partido comunista em 1957, através do convite aos intelectuais que buscassem expressar suas ideias e exprimir suas críticas ao, até então, sistema de governo instaurado pelo PCC na China. O PCC deu início à campanha com o objetivo de incentivar a proposta do discurso histórico conhecido como *Sobre o modo correto de resolver as contradições no seio do povo*. O partido procurava minimizar os riscos de uma possível contrarrevolução, ao mesmo tempo em que afirmava: tendo-se finalizado o sistema capitalista restariam apenas *contradições no seio do povo* porque os intelectuais, burgueses e massa proletária não teriam mais interesses antagônicos em um sistema de ditadura do proletariado. O conflito entre massas e seus inimigos ainda existiriam mesmo num sistema socialista. O movimento defendia a ideia de que: para melhorar o estilo e os métodos de trabalho do partido, todos os intelectuais e personalidades não-comunistas deveriam exprimir suas críticas ao sistema para que fosse possível o seu aperfeiçoamento. O discurso das Cem Flores foi pronunciado em 27 de fevereiro de 1957 e divulgado em alguns dias posteriores por todo o país em reuniões através das organizações de propaganda que se reuniam com os não-comunistas – os intelectuais eram registrados nessas reuniões. Foram cerca de dois meses, em meados de abril do mesmo ano, de liberdade de expressão de palavra, imprensa e de aglomeração intelectual nas universidades. Foram publicados artigos jornalísticos de escritores, artistas e intelectuais em geral que exprimiam denúncias e críticas severas sobre políticas de terror, autoritarismo e política econômica do partido. As manifestações soavam como ameaças as próprias raízes do regime comunista e colocavam a sua legitimidade em jogo. Em 8 de junho de 1957, o movimento teve seu fim por um pronunciamento do partido expresso por um artigo chamado *Por que tudo isso?*. O partido acusava os direitistas de tentarem suprimir o poder comunista e de tentar restaurar uma ditadura burguesa. Mezzeti

(2000) traz artigos de Mao – lançados no início do movimento – que foram relançados com pontos adicionais, não mencionados anteriormente, que enfatizavam os limites das críticas a serem desenvolvidas: o principal ponto seria *o reforço da liderança do Partido Comunista*.

Deu-se início a uma grande repressão partidária contra todos os intelectuais não-comunistas e simpatizantes. Dezenas de milhares de intelectuais foram retirados de seus cargos e “mandados para baixo”, ou seja, realocados em trabalhos pesados e humilhantes como limpeza de banheiros públicos e fossas, e muitos foram mandados para o interior rural para passarem por um processo chamado de *reeducação* – passaram a realizar uma série de trabalhos pesados em condições desumanas.

Muitos pensadores discutem se a campanha das Cem Flores não fora um simples joguete maoísta para identificar opositores do governo ou se o partido realmente possuía intenções de promover reformas internas que refletissem os descontentamentos exprimidos pela população *no seio do povo*. Mezzeti (2000) traz uma citação do próprio Mao sobre a questão:

Permitiu-se à burguesia e aos intelectuais burgueses começar essa guerra, e por algum tempo a imprensa se absteve o direito de repelir os ataques dos direitistas burgueses. O partido dera instruções para não contra-atacar. As massas puderam assim distinguir as críticas bem-intencionadas das malévolas, enquanto as forças se realinhavam para o contra-ataque no momento adequado. Agora há quem diga que tudo isso era uma manobra encoberta. De fato, foi uma manobra, porém aberta. Havíamos avisado claramente ao inimigo: os monstros e os espíritos malignos somente podem ser eliminados quando se lhes permite revelar-se. Somente é possível erradicar as plantas venenosas depois que crescem, aflorando no terreno. (MEZZETI, 2000, p. 57-8)

A guerra maoísta contra o contingente intelectual chinês deixou claro as pretensões comunistas radicais do governante, ainda que isso lhe custasse um afastamento do seu principal parceiro internacional: a URSS. As políticas do Grande Salto Adiante foram responsáveis pelo fim da união sino-soviética – questão que será abordada ainda neste capítulo – e início de políticas que visavam o aumento do radicalismo.

2.3 Falha nas comunas

Pomar (2003) afirma que em 1958, o segundo plano quinquenal visava duplicar a produção de aço de 5,3 milhões de toneladas para 10,7 milhões de toneladas através de uma grande mobilização social e unificar as cooperativas agrícolas em *Comunas Rurais*. As

comunas estariam equipadas com os chamados *altos fornos de quintal* para produção de ferro, aço e gusa, que acabava por transformar agricultores em produtores de metais. Da mesma forma que muitos outros camponeses estariam designados a trabalhar em construções de obras hidráulicas para o campo como: barragens, diques, canais de irrigação, através de pequenas indústrias instaladas nas comunas. A busca do aumento da capacidade produtiva chinesa através do processo de comunização deu início ao chamado “Grande Salto Adiante” em 1958. Mezzeti (2000), afirma que as comunas incorporavam aldeias e fazendas cooperativas através de um sistema de coletivização integral com a agricultura, indústria, artesanato e comércio. Os camponeses passavam a morar em dormitórios, comer em refeitórios comunitários e todo trabalho era realizado coletivamente. As comunas eram regidas militarmente e a força de trabalho realizava suas tarefas através de batalhões, companhias, brigadas e regimentos. Ainda que a quantidade de trabalhadores fosse alta, a qualidade do trabalho estava comprometida devido à falta de técnicos e profissionais que foram “mandados para baixo” na campanha das cem flores. Na China do Grande Salto era melhor ser comunista do que perito. A falta de mão de obra qualificada foi a principal causa de uma série de desastres biológicos que ocorreram na época como a desestabilização hidrogeológica e salinização das terras. As obras de infraestrutura no campo demandavam uma grande quantidade de mão de obra, mão de obra essa que foi – em grandes contingentes – transferida das zonas urbanas para as zonas rurais. Cerca de vinte milhões de cidadãos urbanos, que não possuíam vivência nos trabalhos rurais, foram realocados para o campo.

Cada comuna agrupava cerca de 25 cooperativas, com cinco a dez mil moradias, e era organizada por brigadas ou equipes de produção, estas com vinte a cinquenta famílias cada. Ao rebaixar os camponeses médios e ricos ao nível dos camponeses pobres, estes viram nas comunas a materialização de sua tradição igualitarista. Nas equipes de produção, todos trabalhavam segundo as regras militares e ganhavam igualmente, comendo na “mesma panela de arroz”. Supostamente, as comunas não davam pausa à revolução e indicavam o caminho de passar do princípio socialista de “a cada um segundo seu trabalho” para o princípio comunista de “a cada um segundo sua necessidade”. (POMAR, 2003, p. 94)

Segundo Morais (2011), o processo de industrialização chinês não foi – como, classicamente, ocorre nos países em desenvolvimento – acompanhado de um processo de urbanização, visto que, durante os 30 anos do governo maoísta, a força de trabalho permaneceu quase que intacta e majoritariamente agrária. De 1950 a 1982, o índice da

população rural na China apresentou uma pequena diminuição de 88,8% para 85,6% - como apresentado na tabela à diante (tabela 1.2). Mao acreditava e investia em políticas de descentralização para o avanço do igualitarismo radical chinês e para isso era preciso controlar as migrações em massa para continuar com o plano agrário. Daí surgiu o sistema de registro de residência Hukou que, ainda hoje, funciona na China e indica a municipalidade de nascimento do cidadão. O Hukou, como será analisado a diante detalhadamente, foi determinista na vida do campo na China de Mao Tsé-tung e ainda é um dos fatores de grande influencia na vida do trabalhador rural.

Tabela 2 - População em áreas urbanas e rurais na China.

	Total (milhão)	Urbana		Rural	
		Milhão	%	Milhão	%
1950	550,80	61,69	11,20	489,11	88,80
1952	574,82	71,63	12,50	503,19	87,50
1957	646,53	99,49	15,40	547,04	84,60
1960	660,25	130,73	19,80	529,52	80,20
1965	725,38	101,70	14,00	623,68	86,00
1970	825,00	102,30	12,40	722,70	87,60
1975	919,70	111,71	12,10	807,99	87,90
1979	970,92	128,62	13,20	842,30	86,80
1981	996,22	138,70	13,90	857,52	86,10
1982	1003,94	144,68	14,40	859,26	85,60

Fonte: China Statistical Yearbook, 1981 *apud* Morais (2011), p. 38.

Ainda que um processo de urbanização não tenha propriamente ocorrido na China maoísta e que mais de 80% da população residisse nas zonas rurais, Morais afirma que isso não necessariamente significava que todos os moradores das comunas estivessem empregados em atividades de campesinato. Mao buscou a implantação de inúmeras indústrias rurais de pequena escala que visassem proporcionar certa “autossuficiência” nas comunas e onde boa parte da força de trabalho rural encontrava-se empregada.

Ainda que as comunas incorporassem o *espírito da máquina reformista*, os problemas surgiam gradativamente: a produção de aço nos *altos fornos de quintal* não obteve sucesso na reforma do segundo quinquênio, visto a falta de qualidade dos materiais utilizados para obtenção dos metais – a falta de matéria prima para a obtenção de metais de qualidade resultou no uso de maçanetas de portas, utensílios de cozinha, radiadores dos sistemas de aquecimento e qualquer manufatura que pudesse ser fundida nos fornos de quintal. A inutilidade dos metais repercutiu como um duro golpe para a economia chinesa, já que Mao contava com a produção para acelerar o crescimento industrial. Além disso, ficou evidenciada

a diminuição da produção de grãos nas comunas devido à retirada de mão de obra agrícola – base do fundo de investimento do campo e, portanto, do sistema econômico chinês – para o trabalho nas pequenas fábricas e para a produção de metais.

Hutton (2008) afirma que Mao, ao elaborar o segundo plano quinquenal, não soube lidar com o limite de produção agrícola no contexto rural. O excedente agrícola produzido até então não seria suficiente para dar prosseguimento ao crescimento econômico chinês. Ficava cada vez mais claro que sem o auxílio de novas tecnologias e o aumento da diversificação de sementes que buscassem proporcionar novas técnicas de plantio, não seria possível aumentar o limite da produção – que estava estagnado em cerca de 167 milhões de toneladas de cereais – e, conseqüentemente, atingir as metas do segundo plano quinquenal. Mao desconsiderava e combatia verazmente qualquer hipótese de abertura de mercado para atração de tecnologia estrangeira no campo que, pudessem proporcionar qualquer tipo de ameaça advinda de economias capitalistas internacionais. Começava um tempo de *vacas magras* nas comunas rurais, visto a incapacidade do governo em honrar suas promessas para com a renda dos trabalhadores do campo. A renda camponesa já não era proporcional à extensão de terras cedidas por estes, ocasionando uma mudança de atitude e perda de confiança dos camponeses para com o governo. Fica evidenciado o aumento das dificuldades no campo e a busca desesperada em vender, ilegalmente, parte do excedente agrícola nos mercados internos em busca de sustento financeiro. Ressurgiam as classes rica e semi-rica de camponeses que a revolução havia abolido e diminua, progressivamente, o nível de produção nas comunas. Entretanto, o politburo⁵ acreditava que mais comunismo seria a resposta para o avanço chinês. Mao defendia o aumento nacional do sistema de comunas e, conseqüentemente, o aumento da produção agrícola como sendo o caminho correto para o Grande Salto Adiante. A dívida com a URSS aumentava à medida que o governo não conseguia sustentar a reforma e as 26 mil cooperativas entregavam seu escasso excedente para o governo – excedente, esse, que era utilizado para quitar a dívida com a União Soviética – e ficava cada vez mais clara a dificuldade de sobrevivência nas comunas. Em 1960, calamidades naturais atreladas à calamidades políticas trouxeram a fome, desnutrição e a morte de mais de 37 milhões de pessoas para a China durante o Grande Salto entre 1958 e 1960. Fome essa, que ficou evidenciada na queda da produção agrícola de 200 milhões de toneladas para o piso de 143 milhões – até a produção 167 milhões de toneladas do fim do primeiro quinquênio

⁵ O politburo chinês compreende o órgão central do partido comunista que opera com cerca de vinte e quatro membros dentre os quais nove representam o comando total do partido. O presidente chinês exerce o cargo mais alto no politburo e acumula funções de: chefe de estado; Secretário-Geral do partido comunista da China; Presidente da Comissão Militar da RPC (Comandante Chefe das Forças Armadas). (BBC BRASIL, 2005).

apresentava melhores condições para lidar com o início de um novo plano. A década de 60 foi marcada pela diminuição da popularidade maoísta, assim como o crescimento de ideias antirrevolucionárias até mesmo dentro do politburo na figura de Deng Xioaping que afirmou na época: “*não importa se o gato é preto ou branco, contanto que ele pegue o rato*”, expressando seu descontentamento com a estagnação política do momento. Frase que lhe custou o exílio político e a perda de seu posto oficial na época. Para Mao, Deng representava o segundo trilhador do capitalismo na China, depois de Liu Shaoqi – antigo membro do politburo que defendia o uso da mecanização no campo e que foi condenado a morte por prisão domiciliar. Mao não concordava com todos os pequenos negócios ilegais efetuados por camponeses que vendiam suas produções nos mercados do interior, assim como nunca se conciliou com seus compatriotas urbanos que se utilizavam de negócios nas cidades ou com qualquer pessoa que se desviasse do plano. Ainda que suas falhas políticas no desenvolvimento do Grande Salto o assombrassem.

2.4 Revolução Cultural

Pomar (2003) afirma que a Revolução Cultural ocorrera entre 1966 e 1976 através de ações maoístas defensivas mediante os fracassos do Grande Salto (1958- 1960) e da crescente onda de ideias capitalistas que surgiam à medida que as ações socialistas fracassavam. Mao então criou dezesseis pontos a serem seguidos pelas massas na Revolução Cultural:

“Fazer a revolução”, “transformar os pensamentos, a cultura, os hábitos e os costumes antigos”, “moldar a fisionomia moral de toda a sociedade conforme os pensamentos, a cultura, os hábitos e os costumes do proletariado, “derrubar os que ocupavam postos de direção, mas seguiam o caminho capitalista”, “tomar o poder”, “opor-se aos ataques da burguesia no domínio ideológico”, “criticar as autoridades acadêmicas reacionárias”, “atacar a ideologia burguesa e de todas as outras classes exploradoras” e “reformular a estrutura de ensino, a literatura, a arte e todos os demais ramos da superestrutura”. (POMAR, 2003, p. 98-99)

Até 1960 os dezesseis pontos foram incorporados pelo ELP – Exército de Libertação do Povo – e pela *Guarda Vermelha*, criada pelo ELP, e por diversos comitês de *rebeldes revolucionários* que passavam a tomar decisões guiadas pela interpretação individual dos pontos, muitas vezes contraditória às massas, e que culminaram em uma série injustiças e crimes contra aqueles que se opunham contra as vontades do ELP. O perigo de uma nova guerra civil chinesa aumentava a cada instante. O partido então realizou ações para estabilizar

a situação e promoveu o desarmamento e dissolução da Guarda Vermelha, assim como dos rebeldes revolucionários. O partido também determinou que *Fazer a Revolução e Aumentar a Produção* deveria ser o principal ponto a ser seguido – as constantes revoltas e tumultos haviam promovido uma série de prejuízos à economia do país devido a diversas paralisações que buscavam discutir os pontos da própria Revolução Cultural.

2.5 Fim da aliança soviética

A URSS apresentava papel de influência ideológica e econômica na China maoísta. O PCC, como membro do partido soviético desde sua fundação em 1921, sofria influência direta de Moscou – a exemplo da breve união nacionalista e comunista antes de proclamada a república popular da China. O comércio de bens e serviços entre as nações fora essencial para o desenvolvimento industrial chinês no primeiro plano quinquenal. Os soviéticos recebiam grandes quantias de cereais chineses em pagamento por investimentos e serviços técnicos e intelectuais que buscavam o avanço industrial e comunista na China. Mezzeti (2000) afirma que em detrimento da campanha das Cem Flores em 1957 e do Grande Salto Adiante em 1958, as distâncias ideológicas entre as duas nações alargaram-se gradativamente. A perseguição aos intelectuais nas campanhas das Cem Flores e a disposição maoísta em *mandar para baixo* todos os que se apresentassem contrários às políticas comunistas do Grande Salto, acabaram por sacrificar a aliança dos intelectuais soviéticos – que, segundo Pomar (2003), representavam o comando de mais de 170 grandes obras de infraestrutura – no processo de desenvolvimento estrutural de grandes obras no território chinês. A falta de mão de obra qualificada, peritos e técnicos, intensificada com o fim da união sino-soviética, em 1960, foi responsável por uma série de acontecimentos “estranhos” à medida que se buscava avançar com o Grande Salto. Mao, na tentativa de aumentar a produção agrícola, lançou a política da *luta contra os quatro males*, ou seja, os ratos, os pássaros, as moscas e os mosquitos. No fim, a mobilização de grandes massas para o massacre dos pássaros foi responsável por uma mudança brusca no ecossistema da China, favorecendo a proliferação de uma série de insetos nocivos à vegetação e, portanto, diminuindo ainda mais a produção agrícola. A popularidade de Mao diminua à medida que aumentavam as ações radicais mal estruturadas no contexto rural e industrial na China.

2.6 Deng Xiaoping

Em 16 de dezembro de 1978 fora divulgado a volta das relações internacionais entre a República Popular da China e os Estados Unidos da América em 1º de janeiro de 1979. Em 18 de agosto foi firmado o tratado de paz e reconciliação entre China e Japão. Deng, em 23 de outubro, viajou a Tóquio para ratificar o tratado e foi acolhido com honras excepcionais. Os chineses consideravam a aliança norte-americana como sendo de grande importância, devido à poderosa influência estadunidense no cenário internacional diante dos países em desenvolvimento e os desenvolvidos. Para a China, a aliança com o país americano representava a volta do país ao mundo e a história. Deng visitou os EUA de 28 de janeiro a 5 de fevereiro de 1979. Imagens do presidente chinês em solo americano foram transmitidas nacionalmente na China, entre elas estava a famosa imagem de Deng num rodeio no Texas usando um chapéu de cowboy americano – a China tinha uma das primeiras noções de como se vivia nos países do primeiro mundo. Deng também viajou para o Camboja em 1979, na mesma época, que havia sido invadida pelo Vietnã – o Vietnã ainda era ligado a Moscou. A China invadiu o Vietnã no mesmo ano, contrariando Moscou, mas fortalecendo seus laços com os EUA e – como acreditava Deng – com sua nova política internacional.

O presidente chinês afirmava que a luta de classes deveria se transformar na luta pela produção e todo o trabalho deveria se concentrar em prol das quatro modernizações. O primeiro plano econômico surgiu com o emblema de *eliminar o igualitarismo* e foram traçadas as linhas mestras da reforma que se iniciaria lentamente e seria aprofundada gradativamente com o tempo para que a transformação fosse levada para todo o território chinês. Deng pregava a distinção entre partido e governo, onde o primeiro não deveria tomar o lugar do segundo. Assim como o governo já não deveria ser gerente de firmas e deveria dar maior autonomia a regiões e empresas, diminuir o controle centralizado da liderança econômica. Na China de Deng, já não se podia pedir aos camponeses que trabalhassem movidos pelo entusiasmo revolucionário. Fazia-se necessário o uso de incentivos materiais, e para tal deviam-se modificar as relações dos camponeses para com as comunas e destas para com o estado, onde, este último: pagaria pelos produtos acumulados, daria parcelas de terreno às famílias para o cultivo privado e permitiria a retomada do artesanato individual. Os camponeses que soubessem fazer alguma coisa, que não cultivar a terra, estariam livres para fazê-lo. Dessa forma, as feiras e pequenos mercados poderiam ressurgir e os camponeses estariam aptos a vender seus produtos afim de obter lucros individuais. Junto com as novas ações econômicas, sociais e políticas emergiu um novo contexto de liberdade social

denominado de *movimento democrático* que estava sendo empregado na mente da população chinesa e acabou por influenciar uma série de protestos e movimentos organizados – até mesmo com o uso de apelos que requisitavam a intervenção internacional dos EUA na China – que acabavam se tornando ofensivos ao partido, visto que muitos dos protestos procuravam incitar o próprio fim do sistema comunista na China e o aumento de políticas democráticas em todo o país. Jovens de todo o país se revoltavam explicitamente contra o sistema de governo e tinham o *muro da democracia* (em Pequim) como um tipo de foro político e ponto principal de suas discussões sobre o passado, presente e futuro da China. Os jovens pediam por direitos humanos, citavam a declaração de independência dos Estados Unidos e faziam com que publicações mimeografadas com protestos ofensivos ao governo fossem distribuídas continuamente. Um antigo soldado da guarda vermelha Wei Jingsheng questionava o novo sistema de governo chinês das Quatro Modernizações, que, segundo o jovem, serviria como um instrumento de aumento do autoritarismo na China. Wei Jingsheng sugeriu que fosse implementada uma espécie de 5ª modernização que representaria o fim do comunismo e início de um sistema democrático no país. O mesmo escreveu:

Há um velho ditado chinês que fala em “alimentar o povo com desenhos de bolos” e outro que diz “matar a sede contemplando ameixas”. Nos últimos decênios, o povo chinês seguiu docilmente um “Grande Timoneiro” que matou sua fome desenhando bolos com um pincel chamado “comunismo” e sua sede agitando diante de seu nariz ameixas chamadas “Grande Salto Adiante”. Heroicamente, o povo tratou de marchar para frente. Passaram-se trinta anos em um movimento e agora aprendemos a lição: o povo é um macaco que procura agarrar a Lua refletida numa poça. Não percebe que não há nada ali? Vamos, caminhem para diante, tomando as quatro modernizações, a estabilidade e a unidade como tarefas principais. Continuem a revolução. Finalmente chegaram ao paraíso, isto é, ao comunismo e às quatro modernizações.

Não devemos mais acreditar nos embusteiros políticos. Já não somos burros. Todas as frases sobre o povo como dono de sua história nada mais são do que conversa insossa. O povo não pode controlar seu próprio destino. Seus méritos são sempre atribuídos a outrem e seus direitos incrustrados na coroa imperial desse alguém. Dono de que será o povo? Na realidade, é escravo. O povo deve ter o direito de afastar e substituir a qualquer momento seus representantes. Na Europa e na América, o povo tem exatamente esse tipo de democracia. Em nosso país, ao contrário, se numa conversação particular se expie a menor dúvida quanto a sublimidade do Grande Timoneiro, até mesmo agora que já morreu, acaba-se na prisão. Sem a quinta modernização, as outras quatro nada mais são do que mentiras. Apelo ao povo que se reúna sob a bandeira da democracia. Não acreditem no slogan “unidade e estabilidade” dos déspotas. O

fascismo totalitário somente nos pode gerar desastres. A democracia é a nossa única esperança. (MEZZETI, 2000, p.116)

Enquanto isso o governo decidira que *latifundiários, contrarrevolucionários e maus elementos* deveriam ser libertados e dados ao direito de lucrar novamente. Mezzeti (2000) afirma que Mao havia declarado em 1956 (antes mesmo do Grande Salto Adiante) que desde 1949 foram mortos ou presos cerca de 3 milhões de inimigos do povo. Já em 1954 haviam sido destruídos cerca de 830 mil inimigos do povo. Os que haviam sobrevivido às perseguições, suas famílias e descendentes, eram apontados como antigos latifundiários e camponeses ricos (uma ofensa na antiga China do Grande Timoneiro) e ainda existiam aqueles que eram antigos aliados dos nacionalistas do Kuomintang e os considerados *maus elementos*⁶. Em 1979 foram readmitidos em sociedade os artesões, vendedores ambulantes e pequenos comerciantes que eram considerados vendedores privados desde 1957. Voltaram à vida em sociedade mais de 2.800.000 ex-camponeses ricos e latifundiários, 700.000 vendedores ambulantes e artesãos, e 4.200.000 ex-nacionalistas. Em Pequim e em várias cidades da China, constantemente chegavam maltrapilhos, doentes, sujos e famintos. Retratos da dura realidade do campo que fugia para a vista das cidades. Muitos recebiam permissões temporárias para visitar a família nas cidades – como ocorrera com muitos jovens que ingressaram no Exército de Libertação do Povo, foram enviados para o campo, entretanto, por terem vivenciado a dura realidade, já não queriam voltar e faziam protestos em todo o país. Vários grupos de manifestantes mantinham contatos de cidade a cidade. Foram criados comitês sobre direitos humanos e apelou-se ao presidente estadunidense Carter que interferisse nas políticas chinesas. Algumas revoltas tomaram proporções inaceitáveis para o partido, visto que algumas delas acabaram em invasões e assaltos aos comitês do mesmo. Muitas pessoas pareciam não se importar com a mudança do governante, apenas não aceitavam mais o partido comunista e toda a opressão e sofrimento que o mesmo representava no país.

Deng encontrava-se em uma situação desafiadora, visto que tinha de achar soluções para unir o povo com a parte mais conservadora do partido para que fosse possível levar a

⁶ Qualquer cidadão poderia ser classificado como sendo um “mau elemento” visto que não existia uma definição bem estruturada. Estes – junto com os contrarrevolucionários, latifundiários e camponeses ricos – se tornaram uma espécie de escravo no governo de Mao, visto que eram forçados a trabalhar sem pagamento. Recebiam apenas um mínimo de comida e farrapos para cobrir-se e viviam nas fazendas, fábricas e campos de trabalhos, afastados dos outros cidadãos, os quais não ousavam manter contato com os conterrâneos. (Mezzeti, 2000 p. 128 e 129)

diante seu projeto das quatro modernizações. Deng então tomou suas primeiras ações contra os manifestantes e contestou:

Alguns maus elementos provocaram incidentes, atizando as massas a ocupar sedes do partido e do governo, a fazer greves de fome e a obstruir o tráfego, perturbando a ordem pública. Lançam *Slogans* como os dos “direitos humanos” incitam a demonstrações, mantêm contatos com estrangeiros para que se conheçam suas ações. Um grupo chegou a afixar um manifesto pedindo ao presidente dos Estados Unidos que “manifestasse seu interesse” pelos direitos humanos na China. Poderemos tolerar esses apelos à intervenção em nossos assuntos internos? Em Xangai um chamado “Foro Democrático” afixou manifestos com insultos a Mao e outros que proclamam ser “a ditadura do proletariado a fonte de todos os males” e que é necessário “criticar resolutamente o partido comunista”. Dizem que o capitalismo é melhor que o socialismo e que, a China deveria fazer as chamadas “reformas sociais”, isto é, tornar-se capitalista. Poderemos tolerar esse tipo de liberdade da palavra? (MEZZETI, 2000, p. 117)

Deng, então reforçou os princípios fundamentais do comunismo que teriam papel fundamental em suas políticas de governo. “Eram eles: 1) prosseguir no caminho do socialismo; 2) apoiar a ditadura do proletariado; 3) apoiar a orientação do partido comunista; 4) apoiar o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao”. Deng exprimia sua profunda contradição com a campanha de “liberdade de pensamento” – representada por todas as manifestações que ocorriam no momento e culminavam com as constantes ofensas à soberania do partido. Em 1979 termina o movimento democrático, o qual fora importante para o início do governo de Deng – para ganhar apreço daqueles que a tanto não tinham oportunidade de se expressar – mas o seu desenvolvimento deixou provado sua constante ameaça a vida do partido e, conseqüentemente, das linhas de governo trilhadas por seu então governante. Em outubro de 1979, no dia do discurso de Deng, fora preso o ousado manifestante Wei Jingsheng, o antigo soldado da guarda vermelha que propôs a chamada *quinta modernização* do sistema democrático. O Jovem foi processado e condenado a 15 anos de prisão. Em todo o país, vários manifestantes tiveram suas prisões decretadas. O Muro da Democracia resistiu alguns anos, entretanto sendo utilizado para manifestações e protestos que não fossem considerados ofensivos ao sistema de governo e ao partido.

Em 1980, Deng buscou realocar na sociedade a massa de intelectuais perseguida pelo movimento das cem flores em 1957. Pois, se o partido pretendia avançar com as quatro modernizações, deveria criar uma relação pacífica com a sociedade em busca de reatar laços

com a parcela social de importância primordial para o desenvolvimento do país. A China era um país pobre de mão de obra qualificada e, a busca por um novo relacionamento com os intelectuais significaria um avanço para o progresso. Deng, admitindo os exageros e falhas cometidos pelo partido em 1957, declarou:

Anulamos o estigma de direitista infligido em 1957 a um número de pessoas. Aquela luta foi devida e justa, mas suas dimensões e objetivos foram ampliados sem necessidade e os golpes desferidos foram demasiado fortes. Muitos foram castigados injustamente ou com demasiada severidade. Durante muitos anos não se pôde utilizar seu talento em benefício do país, o que constituiu grande perda não apenas para eles, mas para toda a nação. Por isso foi politicamente necessário retirar de todos eles a marca de “direitistas burgueses” e dar-lhes tarefas apropriadas. Eu também sou responsável pela ampliação daquela luta. Não era eu o secretário-geral do Comitê Central? (MEZZETI, 2000, p. 132)

Logo após critica as políticas de Mao quanto os absurdos de 1957:

Querer transformar cientistas e técnicos em trabalhadores braçais não é científico, não é marxista. A ideia de eliminar as diferenças entre trabalho físico e trabalho mental rebaixando a estatura dos intelectuais é uma estultícia. Pensar em comunismo nesses termos é simplesmente coisa de pequenos burgueses. (MEZZETI, 2000, p.133)

Centenas de milhares de intelectuais que haviam sido banidos para os campos e “mandados para baixo” para realizar trabalhos forçados e passarem por um processo conhecido historicamente por reeducação, voltaram para as universidades, escolas, centros de pesquisa e órgãos governamentais. A China iniciava a difícil trajetória de realocação da mão de obra inteligente que, há mais de duas décadas, estava esquecida e banalizada.

2.6.1 Deng e a Terra

Mezzetti (2000) afirma que no início da década de 1980, através da terceira constituição chinesa foram efetuadas medidas consideradas essenciais para o campo e para o desenvolvimento do país. As comunas rurais que seguiam o princípio de *quanto mais numerosas as coletividades, mais elevado seria o grau de socialismo* foram legalmente desfeitas – valendo salientar que desde 1978, através de novas reformas econômicas, as comunas rurais já se desfaziam estruturalmente – e se transformaram em *brigadas de produção* que reuniam cerca de três mil famílias. Ideologicamente, a mudança estaria

representando uma diminuição do socialismo – para Deng, uma diminuição no radicalismo. As comunas sobreviviam apenas como órgãos administrativos. Sua atuação pública poderia ser comparada ao das prefeituras – agiam na organização de obras públicas, trabalhos de saneamento, controles de irrigação e de enchentes. Mezzeti (2000) afirma que as comunas transformaram-se em uma espécie de consorcio e eram muito utilizadas quando cidades e províncias se uniam para realizar obras em comum. Hutton (2008) afirma que a nova fase política rural chinesa foi construída do *Sistema de Responsabilidade Familiar* onde, em cerca de 4 anos, mais de 300 milhões de propriedades agrícolas já funcionavam de acordo com o sistema. Morais (2011) aponta que a propriedade da terra nas zonas rurais chinesas sempre foi do estado ou coletiva (sendo pública em ambos os casos). Os governos locais eram responsáveis pela distribuição das terras entre as famílias. Sobre essa divisão a constituição chinesa diz que:

“[...] Segundo as leis e regulações, a natureza dos direitos de propriedade pode ser dividida em: propriedade coletiva da terra, direito de uso à propriedade estatal, direito de uso à propriedade coletiva e outros direitos de propriedade”. A propriedade estatal é aquela sob o controle direto do governo central, ao passo que a propriedade coletiva é a herdeira direta das comunas – e está sob o controle das autoridades locais. (MORAIS, 2011, p. 80)

Mesmo que a terra seja do estado, ainda hoje, não existem limites bem definidos quanto à ação estatal sobre as propriedades agrárias. As famílias alugam “suas terras” constantemente, principalmente entre familiares, vizinhos e amigos próximos.

Outra mudança significativa foi o fim das rotulações oficiais dos mais de cem milhões de reabilitados e de seus parentes sanguíneos. A administração chinesa, através das repartições do estado, já não conseguia exercer controle e organização sobre os rótulos dos antigos maus elementos, inimigos do socialismo, ex-agentes do Kuomintang, ex-latifundiários e tantos outros que eram readmitidos em suas cidades natais. Os readmitidos não precisavam mais possuir, no campo “estado social” de seus documentos, a qualificação de “inimigo do povo”, “agente do capitalismo” ou “latifundiário” como eram anteriormente rotulados. Na china do governo maoísta, pertencer a uma família cujos representantes tivessem sido rotulados, significaria levar uma vida marcada por rigorosas políticas de apreensão estatal – os níveis de controle, que já eram naturalmente elevados no país, se elevariam ainda mais nesses casos. O Hukou teria papel primordial nesse contexto. O campo de “estado social” que antes seria preenchido de acordo com o rotulo, ou não, do indivíduo; agora seria preenchido

com o estado do indivíduo pós 1979 – fosse ele rotulado ou não anteriormente. Tratava-se de uma grande mudança para o povo chinês, visto que netos e filhos de chineses “rotulados”, não possuíam, ao menos, acesso a escola. Gerações inteiras que, seriam prejudicadas, agora estavam livres dos rótulos e passavam a possuir o mesmo número de oportunidades de uma pessoa considerada normal – entenda-se uma pessoa sem rótulos no governo maoísta. A China de 1980 estava repleta de jovens que haviam chegado à idade de trabalho, entretanto, não seriam aproveitados pelo mercado. Isso se dava pela incapacidade do estado em promover um número de empregos compatíveis com o crescimento populacional. A destruição das comunas e o fim do radicalismo deixaram milhões sem trabalho. O partido definiu que fossem realizadas reformas quanto às relações entre empregador e empregados. A partir daquele momento estava licito a contratação de empregados por pequenos empreendedores. Estes últimos não seriam tachados de exploradores e nem trilhadores do capitalismo. Os pequenos empreendedores poderiam unir-se em sociedades ou cooperativas e entrariam em um processo de abastecimento dos bens de consumo os quais o estado não conseguiria prover à nação chinesa.

Sob a liderança geral do Estado, podem existir postos de trabalho atribuídos pela planificação e também pode haver organizações voluntárias com o fito de exercer alguma atividade, ou se pode encontrar um trabalho autônomo. As restrições sobre a empresa privadas e as cooperativas devem ser rapidamente eliminadas, novas medidas devem ser adotadas para esses novos tipos de atividades, que satisfaçam necessidades urgentes da economia nacional e que abram novos canais para a criação de novos postos de trabalho. A atividade privada está em expansão desde que foi recomeçada, porém deve ser ainda estimulada, e é necessário fazer propaganda para eliminar qualquer mal-entendido social, ideológico e político a respeito dela ou de sua natureza: trata-se de um complemento da economia socialista. Todos os trabalhadores autônomos podem de agora em diante ter dois ajudantes e cinco aprendizes. A economia socialista continuará a ser dominante, mas a coexistência de diferentes formas de atividade econômica não é um expediente, e sim uma decisão estratégica assumida pelo partido e pelo estado para o desenvolvimento. (MEZZETI, 2000, p.328)

O partido tanto aceitou e promoveu a ideia que, através de propagandas, buscou realizar incentivos onde: os melhores trabalhadores autônomos seriam premiados e estariam aptos a trabalhar no corpo do partido comunista.

Mezzetti (2000) afirma que, em setembro de 1982, a China possuía uma população de cerca de um bilhão e oito milhões de habitantes. A China era uma dos países mais jovens do mundo onde mais de 300 milhões pessoas possuíam até 14 anos e outras 300 milhões tinham menos de 30 anos. Prevendo a bomba demográfica que estava por vir, o governo chinês já vinha tomando providências desde 1980 através da campanha de *um filho por casal*. O partido desenvolvera a Lei do Matrimônio a qual: todos os cônjuges chineses deveriam realizar o planejamento familiar, ou seja, ter apenas um filho e deveriam tê-lo o mais tarde possível. O partido buscava alcançar a meta populacional de um bilhão e duzentos milhões no ano de 2000. O partido exprimia que em curto tempo o número de bocas para alimentar seria maior do que o tempo para se produzir uma *tigela de arroz* que pudesse sustentar esse número de pessoas.

Em 1949 a China possuía 540 milhões de habitantes. Em 1978 o território chinês já abrigava cerca de 970 milhões. Em 1970, ocorrera o auge do crescimento demográfico, com cerca de 75 mil nascidos a cada dia. Em 1979 esse número diminuiu para 47 mil nascimentos diários. Se compararmos a China com a Itália perceberemos que a China possui um território 32 vezes maior que a Itália que, por sua vez, possui 60 milhões de habitantes espalhados por quase todo o seu território. A China possui cerca 17 vezes a população italiana, entretanto, possui um território 32 vezes maior que o italiano. Essa proporção populacional seria perfeitamente cabível na estrutura territorial da China se não fosse por uma questão: o bilhão populacional chinês sobrevive e habita em apenas 15% do território nacional. Os 15% citados, compreendem o território cultivável chinês; todo o resto compreende territórios montanhosos e muitas vezes desérticos. Seria como se toda a população italiana estivesse concentrada no vale do rio Pó (região equivalente a $\frac{1}{4}$ da Itália) e tirasse seu sustento dessa região. Algumas regiões na China possuem uma densidade de mil habitantes por quilômetro quadrado. O partido então declara:

Se não conseguirmos executar o controle dos nascimentos, fixando um filho para cada família, em vinte anos a população será de um bilhão e trezentos milhões, chegando a 1 bilhão e meio em quarenta anos se continuarmos com essa taxa de crescimento, isto é, 2,2 filhos por casal. Há quem afirme que novos problemas surgirão mesmo se conseguirmos atingir o objetivo de um só filho por casal: como a duração média da vida aumentou para 65 anos, transformar-nos-emos em uma nação de velhos? Haverá força de trabalho suficiente? Aumentarão os problemas dos jovens, por serem obrigados a sustentar uma população de velhos? (MEZZETTI, 2000, p. 333)

No campo o problema da natalidade se apresentava ainda pior devido ao agravante do preconceito de gênero. Durante muitos séculos, ter filhos do sexo feminino era considerado uma desgraça na sociedade chinesa e, além disso, o sistema chinês não estava apto a oferecer pensões para cerca de oitocentos milhões de camponeses. Durante a história da China, as mulheres do campo saíam da família para morar com o marido e cuidar dos sogros. Ter filhos homens significava dar continuidade à família e assegurar o sustento da mesma, vista a facilidade em se conseguir trabalho quando nascido homem. As mulheres não cuidariam da família, pois se casariam e sairiam de casa.

Sobre essa questão, argumentava o Comitê Central do partido:

As mulheres são tão capazes para o trabalho quanto os homens, e em algumas atividades são até mesmo melhores. Quando casarem, poderão trazer os maridos para morar com sua família, ao invés de irem viver com a deles. O povo da nova China deve superar o preconceito de desprezar os recém-nascidos do sexo feminino. Permanecendo firme a obrigação de ter apenas um filho, no caso de nascer uma menina os pais devem cuidar dela escrupulosamente e de forma igual. (MEZZETI, 2000, p.334)

A pressão social em meio à propagandas e campanhas do governo ganhava força maciça. Na China existiam unidades de trabalho e comitês de bairro que estipulavam qual casal poderia ter filhos e em que momento. A situação da mulher se complicava gradativamente: ter uma filha significava sofrer severas pressões da parte do marido e da família deste. Uma vez dada à luz a uma menina, tentar novamente significaria sofrer severas sanções econômicas advindas do estado e o risco de outra menina representaria um possível aborto.

A situação piorava e, aumentavam os casos de meninas afogadas em baldes d'água, logo após terem nascido, para que não fossem nem sequer registradas. Da mesma maneira que aumentava o número de mortes das meninas por “descuidos propositais”: as meninas não recebiam cuidados e morriam vítimas de enfermidades diversas. A lei do *único filho* falava que ao padecimento do primeiro filho, o casal estaria apto a conceder o próximo. Crianças deficientes também morriam vítimas de afogamentos e, destes, nem ao menos se comentava. O próprio governo se colocava contra o nascimento de crianças que apresentassem algum tipo de retardo mental:

A eugenia é um aspecto importante de nossa política. Não se deve ter filhos fisicamente deficientes ou mentalmente retardados, por que isso representaria posteriormente um peso para a família e para a sociedade. Seria uma perda de tempo e um esbanjamento de energia para todos os interessados, a família, a sociedade e o Estado. A melhoria da qualidade da população é para nós um objetivo estratégico. (MEZZETI, 2000, p.338)

A partir da década de 1990, com o avanço tecnológico na medicina, as práticas antifemininas aumentaram devido ao auxílio da Ecografia – tecnologia utilizada para se descobrir o sexo da criança antes do seu nascimento – que proporcionou o aumento de abortos femininos na tentativa de se ter um filho homem. Em 1992 a China produziu cerca de dez mil ecógrafos e passou a aumentar essa produção gradativamente. São importados cerca de dois mil aparelhos a cada ano devido aos pedidos intermináveis. Em 1992 os números eram de 118 machos para cada 100 fêmeas no país. Os abortos diminuíam ainda mais o contingente feminino porque também representava um risco de vida para as mães que só tinham o sexo dos bebês revelado com, no mínimo, 4 meses de gestação. Enquanto a matança feminina continuava, o estado se pronunciava:

Quem trazer ao mundo um filho sem autorização receberá punições administrativas, e se for membro do partido sofrerá medidas disciplinares; quem tiver um segundo filho manterá sua posição administrativa, mas será observado e punido, e se for membro do partido, expulso; os cúmplices do casal que tenham filhos sem autorização, escondendo a mulher grávida ou assistindo-a clandestinamente no parto, serão rebaixados em seu trabalho e, se membro do partido, expulso; quem maltratar uma recém-nascida ou a mãe que a pôs no mundo será punido com rebaixa e até mesmo despedido, nos casos especialmente graves; se membro do partido, será advertido e, se necessário, expulso. (MEZZETI, 2000, p.341)

O partido defendia o uso da ecografia apenas para que fossem identificados fetos com formações imperfeitas e para que fossem realizados abortos de crianças “defeituosas” que, segundo o próprio partido, implicariam em problemas futuros à mão de obra do país. Sobre essa questão o partido aprovou em 27 de outubro de 1994, a lei de *Assistência Sanitária à Maternidade e a Infância*, onde o casamento só poderia ocorrer depois que o casal se submetesse a exames que contestassem a inexistência de grandes enfermidades hereditárias, desordens mentais e doenças contagiosas. Caso diagnosticadas doenças como: esquizofrenia,

psicose maníaco- depressiva e outras doenças consideradas que pudessem se transferidas entre gerações; o casal só estaria apto ao matrimônio se aceitasse a esterilização.

A diminuição do controle estatal no campo através de ações políticas que visassem construir uma relação de maior liberdade entre governo e campesinato, teve como grande aliado o *Contrato de Responsabilidade Familiar*. O contrato promoveu a liberalização da produção e influenciou os preços dos produtos a serem vendidos no mercado, ao mesmo tempo em que estabeleceu os formatos das quotas de produção que deveriam ser entregues ao estado que, entretanto, eram pagas a preços não muito distantes do próprio mercado.

Como já foi mencionado, o “contrato de responsabilidade familiar” significava em geral, simplesmente, que a família se comprometia a entregar ao Estado uma parcela da colheita em forma de imposto *in natura*, ou uma quota a preços políticos, embora não distantes dos preços de mercado. A família podia dispor do restante para seu consumo e para uso do mercado. (MEZZETTI, 2000, p.344)

As famílias passavam a possuir mais controle sobre a posse da terra, visto que era lícito ceder ou transferir sua propriedade para outros que buscassem aumentar suas terras. As famílias tinham a possibilidade de se dedicar a cultivos não só de cereais, como antes era obrigatório, e passavam a produzir produtos mais rentáveis à industrialização como frutas, algodão e açúcar.

Outra mudança significativa estava relacionada ao consumo individual do camponês. Os pequenos mercados agrícolas, formados e estabelecidos graças as políticas de liberalização de Deng, promoveram o surgimento de um poder monetário de consumo camponês – ao contrário do que se via no sistema de comunas onde os produtos eram todos adquiridos por meio do escambo entre os poucos produtos fornecidos. Os camponeses não queriam mais obter produtos apenas para matar a fome, e sim, para alimentar-se e nutrir-se melhor. Mezzetti (2000) afirma que entre 1978 e 1986 a produção de produtos diferenciados – que não os cereais – aumentaram consideravelmente:

[...] a produção de oleaginosas, isto é, de sementes para óleo comestível, aumentou quase três vezes; a cana-de-açúcar, 3,06 vezes, a do bicho-da-seda, 2,6 vezes e a de frutas, duas vezes. Neste último caso, as diferenciações são altamente indicativas: as frutas cítricas aumentaram 6,6 vezes, e as bananas, 14,7 vezes. Por trás das cifras desse “novo” tipo de produção agrícola, além do processo de transformação industrial, percebia-se toda uma rede de fervorosa atividade em grande parte já privatista: embalagem, transporte, comércio, distribuição. (MEZZETTI, 2000, p.345)

À medida que o poder aquisitivo camponês aumentava, aumentava também a procura por bens de consumo e a demanda por novos instrumentos de trabalho mais eficientes para o auxílio dos novos formatos de cultivo. Nesse contexto as empresas estatais não supriam as demandas provenientes do campo e, daí, surgem as empresas privadas e, sobre tudo, as chamadas indústrias coletivas que foram indústrias criadas pelas aldeias e municípios sob forma de cooperativa. Estas indústrias possuíam plena autonomia econômica e de gestão. Surgiam as TVEs e o processo de industrialização do campo.

A economia de escambo proveniente das antigas comunas – onde tudo era trocado em detrimento das necessidades das comunas e não dos camponeses e, onde os camponeses apenas recebiam uma quantia de alimentos para se sustentar – aos poucos perdia sua força mediante a nova classe de camponeses com maior poder aquisitivo que surgia no mercado chinês. As forças de mercado passavam a se mover livremente em meio a um complexo sistema econômico com características um tanto capitalistas, como o livre mercado lucrativo que surgia, porém controlado por um estado comunista.

2.7 TVEs

O processo de industrialização rural em Deng sofreu influência direta do antigo sistema de *Altos Fornos de Quintal* do período maoísta. Os fornos funcionavam como pequenas indústrias que buscavam produzir tudo o quanto necessário para atender as demandas internas nas comunas, dado que as indústrias urbanas não ofertavam o necessário para suprir toda a demanda nacional. Os fornos produziam de botões a ferros de passar. Morais (2011) afirma que durante o Grande Salto Adiante existiam cerca de 1,5 milhões dessas empresas que, espalhadas pela zona rural, pretendiam atender as necessidades mínimas de consumo nas comunas.

As TVEs (Town-Village Enterprises) surgem em meio às necessidades de realocação de um grande contingente de mão de obra desempregada advinda da abolição do antigo sistema de comunas e, por tanto, dos extinguidos postos de trabalhos comunitários alocados em grandes obras de irrigação e infraestrutura rural. As TVEs foram responsáveis por elevar o nível de renda no campo através da criação de novos empregos e foram responsáveis pela diminuição do *gap* urbano-rural. A produção era, em primeiro plano, alocada para abastecer o mercado local, o mesmo mercado que crescia devido ao aumento do poder de consumo dos camponeses. Depois, com o sucesso produtivo, as TVEs passaram a representar um quarto das exportações chinesas a partir de 1990. As TVEs representaram uma melhora na vida

camponesa no início da década de 1980. Melhoria, essa, que não vingou nos anos posteriores, como será abordado no terceiro capítulo.

Levando em consideração os índices de renda urbana e rural – assim como outros índices a serem abordados – deve-se buscar entender as principais respostas para a desigualdade entre campo e cidade na China durante o governo de Deng e, as consequências internas e externas para o país.

Capítulo III

Desigualdade interna e sucesso internacional

3.1 Campo x Cidade

Morais (2011) afirma que a desigualdade de renda entre as zonas rurais e urbanas no governo de Deng, quando comparada com o governo maoísta, sofre uma diminuição considerável. A redução da pobreza e do *gap*⁷ urbano-rural estariam atreladas ao desenvolvimento do campo devido ao aumento da produtividade rural que, por sua vez, trouxe o aumento da renda camponesa. Algumas variáveis foram determinantes para o melhoramento das condições no campo: o novo sistema de responsabilidade familiar que promoveu seguridade social de 1980 a 1990 através do *registro rural* e que impedia o ressurgimento de uma classe camponesa pobre e sem terra; os termos de troca favoráveis para a agricultura; e o desenvolvimento da industrialização rural como forte fator de incremento na renda camponesa. Essas três reformas representariam o principal motivo da diminuição do *gap* entre campo e cidade entre 1980 e 1990. O sistema de responsabilidade familiar foi responsável por uma divisão equitativa de terras entre os camponeses que fora estabelecido num curto período de cinco anos.

“A implementação da responsabilidade familiar foi feita com impressionante rapidez. Em 1980, 5% das famílias rurais estavam sob o sistema, passando para 38% no ano seguinte, 70% em 1982, 94% em 1983 e 97% em 1984”. (MCMILLAN ET ALL, 1989, p.798. *apud* MORAIS, 2011, p. 78.)

O governo buscava garantir um lote de terra com a mesma capacidade produtiva para todos os camponeses, de forma que fossem levados em consideração o clima, inclinações do solo e outros fatores na hora de fazer a divisão. Cotas de produção foram estabelecidas para cada lote, onde a família só estaria apta a produzir para seu próprio consumo e/ou para comércio, uma vez que já tivesse produzido a cota pra o estado. As TVEs representaram papel importante no início da década de 1980, visto que o aumento do número de empregos foi o grande responsável pelo crescimento da renda rural no início do governo de Deng e também para uma certa diminuição do fosso entre campo e cidade.

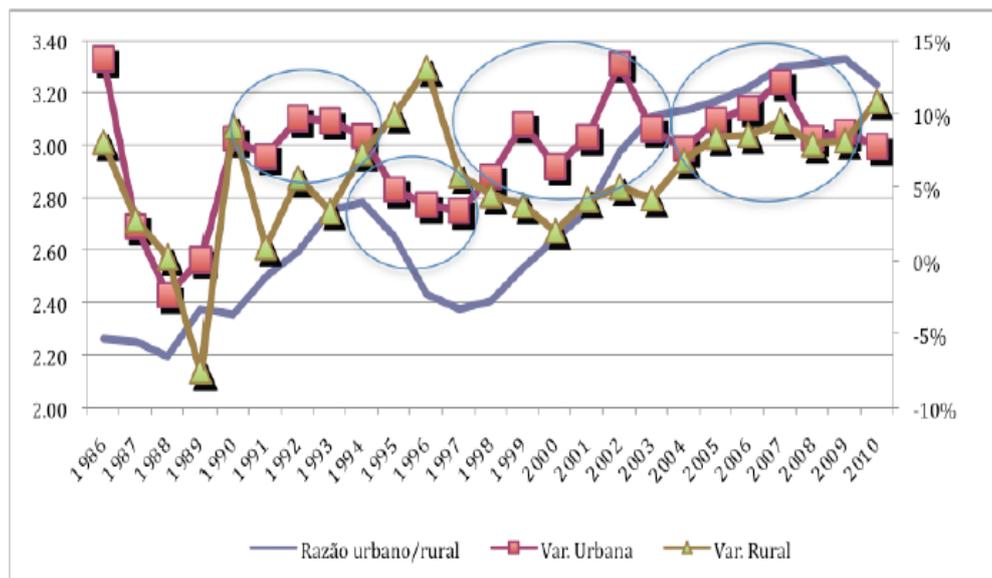
⁷ Entenda-se distância entre valores.

Essas mudanças foram devidamente oportunas para a estruturação camponesa, visto que o campo passava pelo processo de *descomunização* e buscavam-se novas alternativas para a sobrevivência rural.

Morais (2011), entretanto, observa que, de 1985 à 2008, o *gap* urbano-rural sofreu forte aumento. As rendas urbanas tiveram um aumento de cerca de 77% em relação as rurais neste período, visto que de 1985 à 2008 a razão entre a renda per capita urbano e rural se elevou de 1,86 para 3,31 em 2008. A distância entre campo e cidade é um dos principais problemas abordados pelas lideranças do partido comunista, já que a situação foge dos princípios socialistas. É fácil observar a questão quando observamos a relação entre as duas rendas e sua variação, assim como a diferença de poder aquisitivo entre zona urbana e rural.

Gráfico 1 - Fosso urbano-rural pós-1985

Relação entre renda per capita urbano/rural (esq.), e Variação de renda urbana e rural (dir.)



Fontes: China Statistical Yearbook, vários anos, e NBS website para dado 2010 *apud* Moraes, 2011, p. 113.

Tabela 3 – Bens de consumo duráveis

Zonas urbanas e rurais, a cada 100 famílias, em 2008.

	China rural	China urbana
Máquina de lavar	49	95
Refrigerador	30	94
Ar condicionado	10	100
Motocicleta	52	21
Carro	n/a	9
Celular	96	172
Aparelho de TV	109	133
Computador	5	59

Fonte: China Statistical Yearbook, *apud* China Economic Quartely, 2010, vol. 12, no. 2, p. 43, *apud* MORAIS, 2011, p. 113.

É importante frisar que, para base de cálculo das tabelas acima, a renda rural não está diretamente ligada apenas ao trabalhador do campo, visto que o termo “rural” está atrelado ao registro no sistema de residência Hukou. Logo, fica claro que a renda dos migrantes que estão situados nas zonas urbanas – uma parcela significativa do total, uma vez que o contingente de migrantes trabalhando nas zonas urbanas é muito alto – não é alta. Com salários baixos e com uma grande quantidade de migrantes em busca de trabalhos nas zonas urbanas, as fábricas da China encontram-se infestadas de trabalhadores “rurais” que trabalham muito à preços baixos. Isso explica o porquê das ofertas tentadoras dos produtos chineses e dos grandes parques industriais ou Zonas Econômicas Especiais situadas em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, que abrigam uma série de empresas nacionais e estrangeiras que fizeram da China o parque industrial do mundo. (Mezzeti, 2000).

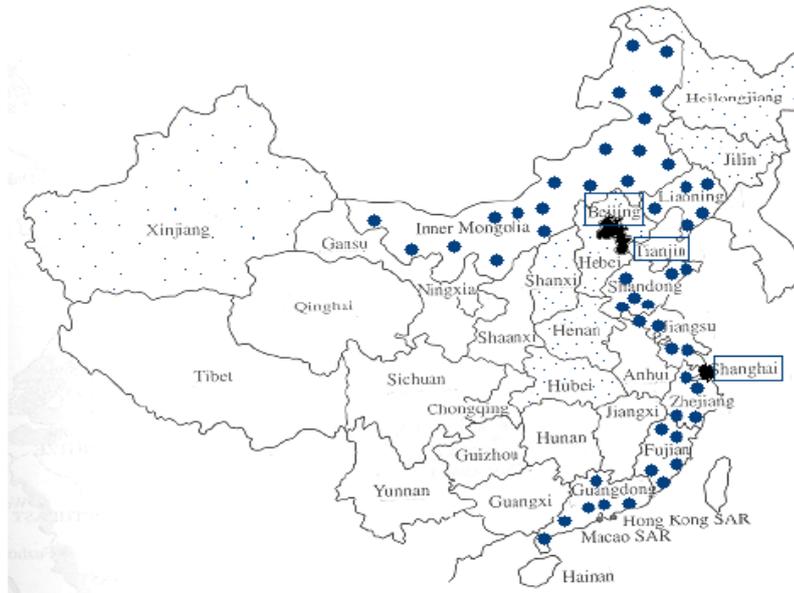
Morais (2011) afirma que no 7º plano quinquenal (1986-1990) fora introduzido o sistema de desenvolvimento *via degraus de escada (tidu lilun)*. O plano representava uma visão dos planejadores chineses que acreditavam que as regiões costeiras desenvolvidas do país deveriam abrigar boa parte do esforço de trabalho da China para que servissem de motor do crescimento nacional. A ideia principal do projeto era de que países em desenvolvimento, com recursos limitados, deveriam concentrar seus esforços nas regiões mais desenvolvidas a fim de transformá-las em motores do desenvolvimento econômico do país. A costa do país estaria em melhores condições para receber investimentos estrangeiros e lidar com o comércio

exterior. Foram dadas preferências às províncias espalhadas por quase todo o litoral chinês. No sudeste, as províncias de Guangdong, vizinha de Hong Kong, e a província de Fujian, vizinha de Taiwan, foram privilegiadas com os investimentos governamentais em meados de 1980. O mesmo ocorrera com a região acerca do rio Yangtze e as costas leste e norte onde: Xangai, Jiangsu, Zheijiang, Pequim, Tiajin e Shandong apresentaram produtividade elevada a partir de 1990. Os planejadores chineses acreditavam que o plano traria o desenvolvimento das regiões costeiras primeiramente, mas que depois de estabelecido o *Tidu Lilun*, o desenvolvimento e o avanço tecnológico das regiões costeiras transbordariam para todo o interior do país.

Após 30 anos de reformas, a escada do desenvolvimento de *Tidu Lilun* estava estabelecida. No topo da escada do plano estavam Xangai, Pequim e Tiajin que juntas possuíam cerca de 47,6 milhões de habitantes, além de possuírem um PIB per capita ⁸ entre RMB⁹ 54 mil e RMB 72,5 mil anuais. O PIB per capita nas outras províncias costeiras variava entre RMB 30 mil e RMB 42 mil anuais entre os cerca de 421 milhões de habitantes. O sistema de *Tidu Lilun* foi implementado de forma que os resultados, ainda hoje, repercutem na China. Morais apresenta um mapa detalhado sobre a questão da desigualdade por regiões na China em 2008.

Mapa 1 e Tabela 4 - PIB per Capta em 2008

Por província, valores nas tabelas em RMB, preços correntes.



⁸ PIB per capita de um país equivale ao valor total de todos os bens e serviços produzidos no país dividido pelo número de habitantes economicamente ativos deste país. A mesma coisa pode ser aplicada a uma região determinada, onde o PIB per capita da região compreenderia o valor total de todos os bens e serviços da região dividido pela quantidade de habitantes economicamente ativos da região.

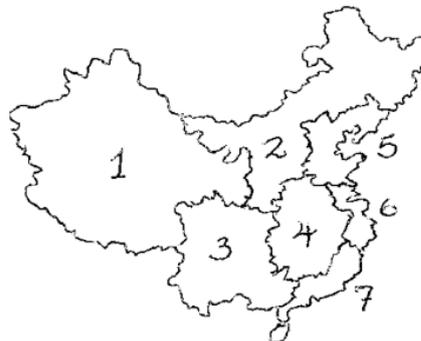
⁹ Moeda chinesa. Se comparado à moeda brasileira (real), 25 reais seriam equivalentes a quase 100 RMBs.

Ricas (em preto)		Pobres (sem preenchimento)	
Shanghai	72.536	Shaanxi	18.212
Beijing	61.876	Chongqing	17.952
Tianjin	54.034	Ningxia	17.784
Médias-ricas (círculos)		Hunan	17.487
Zhejiang	41.967	Qinghai	17.347
Jiangsu	39.483	Hainan	17.087
Guangdong	37.402	Sichuan	15.368
Shandong	32.995	Guangxi	14.891
Inner Mongolia	32.157	Jiangxi	14.728
Liaoning	31.199	Anhui	14.465
Fujian	30.031	Tibet	13.795
Médias-pobres (pontos)		Yunnan	12.547
Jilin	23.497	Gansu	12.085
Hebei	23.164	Guizhou	8.789
Heilongjiang	21.723		
Shanxi	20.345		
Hubei	19.840		
Xinjiang	19.727		
Henan	19.523		

Fonte: Morais (2011), p. 157. Elaborado com dados do China Statistical.

Em 2005, a renda rural média das famílias da costa leste, com uma população relativamente pequena de 142 milhões de habitantes rurais, era pelo menos duas vezes maior do que qualquer região do interior. Na região costeira central (6 no mapa), os rendimentos médios anuais das famílias da zona rural estavam em RMB 6.404, contra RMB 2.410 no extremo oeste (1), 2,7 vezes maior. E, ao longo do tempo, a diferença cresceu rapidamente (gráfico 3.2). Todas as regiões do interior registraram crescimento anual real da renda rural entre 6,0% e 6,7% nos 20 anos após 1985, ao passo que nas regiões costeiras a renda rural cresceu entre 7,4% e 8,5% ao ano no mesmo período. (MORAIS, 2011, p. 158)

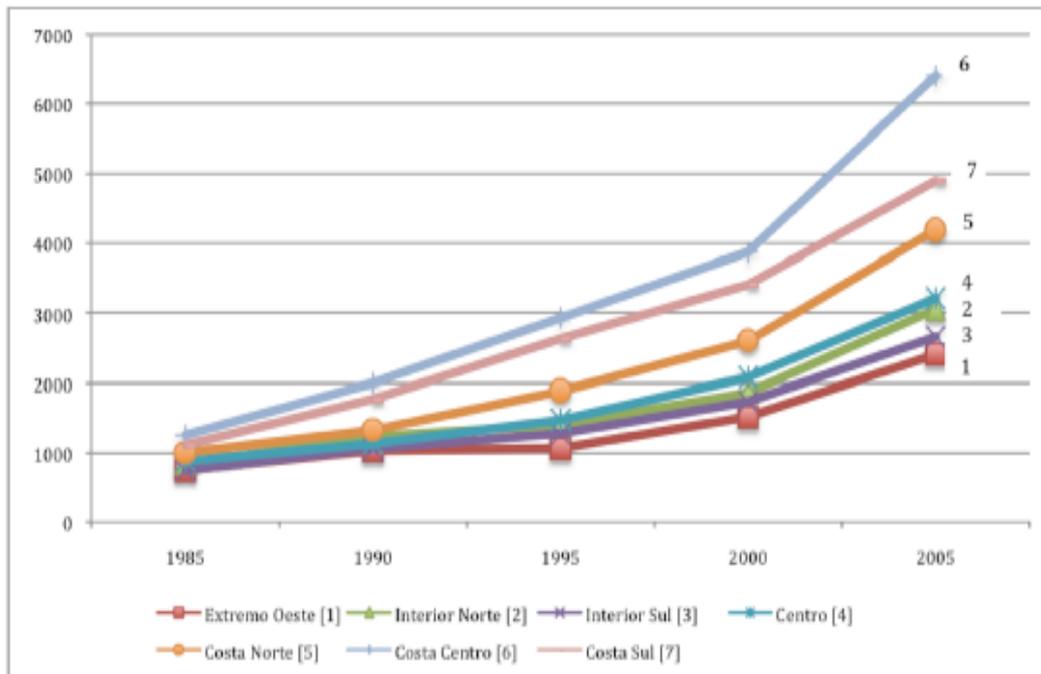
Mapa 2 e Tabela 5- China dividida em sete macro-regiões



1	2	3	4	5	6	7
Extremo Oeste	Interior Norte	Interior Sul	Centro	Costa Norte	Costa Centro	Costa Sul
Xinjiang	Heilongjiang	Sichuan	Henan	Liaoning	Jiangsu	Fujian
Tibet	Jilin	Chongqing	Anhui	Hebei	Shanghai	Guangdong
Qinghai	Inner Mongolia	Guizhou	Jiangxi	Beijing	Zhejiang	Hainan
Gansu	Shanxi	Yunnan	Hubei	Tianjin		
Ningxia	Shaanxi	Guangxi	Hunan	Shandong		

Fonte: Keidel, 2007, p.3 *apud* Morais, 2011, p.159

Grafico 2- Distribuição regional da renda rural per capita



Fonte: Keidel, 2007 *apud* Morais, 2011, p. 159.

O *Tidu Lilun* buscou gerar incentivos fiscais para a atração de IED (investimento estrangeiro direto) por parte de empresas estrangeiras. Em 1996, a costa chinesa concentrava cerca de 85% do IED recebido pelo país, apenas 1% fora destinado ao oeste da China. Já em 2008, foram destinados para a costa cerca de 81%, somente 5% foram destinados ao oeste.

3.2 Investimento estrangeiro e comércio exterior

Hauser, Zen, Selau e Garcia (2007) afirmam que na China de Deng o investimento estrangeiro era visto como necessário para o crescimento econômico do país. Em 1980 as ZEEs estavam estrategicamente divididas em quatro regiões costeiras (Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen) próximas ao Japão, Taiwan e Hong Kong. Os investimentos estrangeiros situados na região recebiam incentivos tributários, visto que em função do tipo do produto produzido e da localização, muitas empresas não pagavam imposto de renda. O governo facilitava (não cobrava impostos) a importação de insumos que agregassem valor à produção de bens destinados à exportação – esse tipo de prática de importação é chamado de regime Draw Back¹⁰. Praticamente todas as empresas que estão situadas nas ZEEs trabalham dessa forma. Na década de 1990 a mão de obra barata e abundante da região, atraiu, primeiramente, investimentos provenientes do Japão, Taiwan e outros países orientais que produziam equipamentos eletrônicos. Em 15 anos formou-se uma base tecnológica eletrônica na China. Na década de 1990 e ainda hoje, a mão de obra chinesa estava alocada em montagens parciais aceleradas pelo trabalho intensivo. Mas o quadro vem mudando a ponto de muitas empresas chinesas passarem a montar um número cada vez maior de produtos finais. Além disso, grande parte das empresas situadas nas ZEEs são formadas por contratos de Joint Ventures: a união de duas ou mais empresas que buscam produzir bens em comum através do compartilhamento de Know How- termo utilizado para se referir ao compartilhamento de conhecimentos entre duas ou mais empresas. Compaq, HP, IBM, Motorola e NEC são exemplos de empresas que atuam no formato de Draw Back na China – todas as importações dos insumos contam com o sistema de isenção de impostos. Esse modelo de incentivo foi o responsável por uma mudança essencial na econômica chinesa que na década de 1980 exportava produtos intensivos de trabalho como vestuários e artigos têxteis. A partir de 1990 as exportações de máquinas, aparelhos eletrônicos e outros produtos de valor agregado dominaram o cenário comercial da China. Valendo salientar que, todo o processo de criação das ZEE's foi determinado pela política das 4 modernizações de Deng que tinha como principal objetivo: reavivar o dinamismo mercantil que era tradicional na vida camponesa e nas cidades antes de ser extinguido pelo maoísmo. Segundo Oliveira (2003), os 4 compromissos buscaram incentivar a produção agrícola através do sistema de responsabilidade familiar, da mesma forma que buscou aumentar a produção do setor

¹⁰ Para informações detalhadas sobre o regime de Draw Back, acessar http://www.regimedrawback.com.br/interno.php?secao=oquee_visao, ultimo acesso em novembro de 2012.

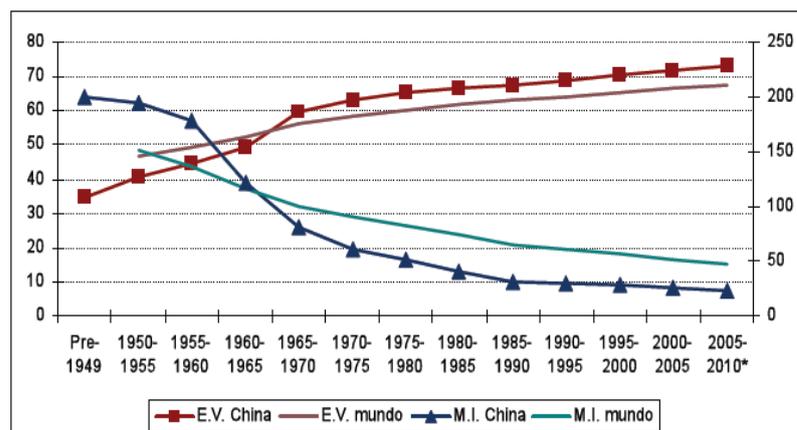
industrial através da ruptura da antiga dependência das instâncias estatais que possibilitou a criação de novas empresas não-estatais.

3.3 China e o Mundo

Em sua tese de doutorado, Morais (2011) busca explicar indicadores sobre a pobreza na China. Ela afirma que, internacionalmente, a pobreza de um país estaria atrelada a uma medida absoluta baseada na renda, onde esta deveria assegurar uma quantidade mínima das necessidades de bem-estar baseada em uma *quantidade estabelecida*¹¹. Essa medida também seria influenciada por questões imprecisas como expectativa de vida, educação, acesso à saúde e moradia. No caso da China, o sistema comunista – desde o início das comunas rurais – apresentou-se diferenciado quanto às medidas internacionais. Isso ocorre porque mesmo sem uma fonte de renda elevada, ou até sem fontes de renda, os chineses tiveram acesso a uma série de serviços básicos como, por exemplo, serviços médicos que influenciaram na diminuição da mortalidade infantil que sofreu uma diminuição de 200 para 52 mortes a cada mil nascimentos no final do governo de Mao Tsé-tung. Da mesma forma a expectativa de vida foi elevada rapidamente – de 34,7 anos para 65,3 anos – no governo maoísta. A China apresentou aumentos consideráveis em expectativa de vida e na diminuição da mortalidade infantil a partir da década de 1960.

Gráfico 3 - Indicadores de vida – China VS. Média Mundial.

Expectativa de vida (esq., em anos) e mortalidade infantil (dir., a cada mil nascimentos) desde o maoísmo.



Fonte: World Population Prospects: The 2008 Revision Population Database, da United Nations Population Division *apud* MORAIS (2011), p. 61.

¹¹ Uma cesta de alimentos que atenda a um mínimo calórico e uma cesta mínima de bens de consumo (Morais, 2011, p. 61)

3.4 Hukou

Andrade e Ouriques (2009) afirmam que em 1949, com a instauração da República Popular da China, o triunfo do partido comunista e a derrota dos nacionalistas do Kuomintang; Mao inicia sua propaganda de desenvolvimento industrial na China. A pobreza e a desigualdade rural advinda dos antigos tempos de senhores da guerra e da descentralização nacional ainda assombravam o campo. A promessa de desenvolvimento comunista parecia simpática e tentadora para a vida dos camponeses da época. Com as portas das cidades abertas em 1949, grandes massas camponesas de ex-soldados e refugiados entraram nas regiões urbanas à procura de empregos e de melhoria de vida. A “inundação” urbana fora evidenciada como sendo incontrolável, visto que mais de 14 milhões de pessoas migraram para as cidades em cerca de apenas quatro anos. Já em 1953, essa migração fora freada devido à promulgação de uma lei que impedia a entrada de massas nas cidades. E foi praticamente controlada com a primeira legislação de controle interno migratório através do registro de residência Hukou em 1958. O Hukou encabeça uma série de sistemas de controles que não só o migracional. No Hukou estão explícitos dados de ficha policial, designação de emprego no ministério do trabalho, endereço residencial, religião, emprego atual, detalhes do nascimento e mudanças de local. Em algumas regiões o Hukou ainda informa o nível de instrução, atividade econômica, entre outros. A rede de informações encabeçada pelo sistema é densa e pode ser utilizada de forma a influenciar toda a vida do cidadão na China. Sistemas de controles migracionais são datados desde períodos imperiais, como já foi comentado no primeiro capítulo. Porém, o Hukou se apresenta como o mais eficaz na história do país, já que alcançou um nível de uniformidade e rigidez nunca antes visto. Todos os cidadãos do país estão sujeitos a ele e desde 1960 até hoje, passando pela abertura econômica ele não sofreu mudanças significativas em suas características principais. Na China cada cidadão não pode receber mais do que um Hukou que significa estar atrelado a uma zona de Hukou referente a uma cidade. Cada cidade emite o seu próprio Hukou onde estão definidas as vantagens particulares dos indivíduos de acordo com as políticas públicas do local. É necessário salientar que, até meados da década de 1970, para efetuar a mudança de Hukou – entenda-se passar a pertencer a outra zona – não era nada fácil e devia-se seguir uma série de *medidas burocráticas*¹². Todo o processo de mudança de Hukou levava cerca de 1 a 2 anos para ser finalizado e Andrade afirma que

¹² Para se transferir um Hukou devia-se: 1) obter uma permissão da unidade que está filiado (unidade de trabalho nas cidades ou “townships” no campo) e uma permissão da unidade de destino; 2) fazer um pedido nos departamentos competentes (zhuguan bumen), por exemplo uma secretaria municipal de industria; 3) pedir permissão ao MSP para que este verifique se tudo está de acordo com as políticas do estado. (OURIQUES e ANDRADE, 2009, p. 235)

muitos eram os relatos de *não conclusão* do processo de mudança de Hukou devido a falhas burocráticas que ocorrem no caminho. Visto isso, fica evidenciado a distância entre campo e cidade presente na China desde a década de 1950 e o quanto isso influencia as condições de moradia e a qualidade de vida camponesa ainda hoje. Na China diz-se que trocar um Hukou rural por um Hukou urbano é mais difícil do que subir ao paraíso. Mesmo assim ainda existem formas e atalhos institucionalizados para a transferência de Hukou: por meio da academia, do Exército ou do Partido Comunista. Estudantes admitidos em escolas secundárias especializadas ou no ensino superior recebem o direito de um Hukou urbano como benefício. Os estudantes efetuam o Exame Nacional de admissão em universidade de grande tradição para que possam receber benefícios. Fica evidenciado que: quanto maior o nível educacional do cidadão, maior são suas chances de um Hukou urbano e de realizar trabalhos não manuais. Outra forma de se adquirir um Hukou urbano seria entrando para o ELP ou tornar-se um membro do PCC; porém, quanto a segunda opção, o PCC não costuma recrutar residentes das zonas rurais para tornarem-se membros. No início de 1980, as políticas de Deng permitiram a chamada *mudança informal de domicílio* que significava: a livre transição de pessoas em uma zona de Hukou que não a sua, sem a necessária autorização e patrocínio do governo. Essa mudança foi, ao menos, importante para os cidadãos chineses, pois nas décadas de 1960 e 1970 o sistema era tão rigoroso que, se apanhado, o migrante ilegal, o mesmo poderia ser preso e/ou levado de volta a sua zona de Hukou de origem e multado em uma alta quantia. Mesmo havendo a possibilidade de livre transito de pessoas, os migrantes não teriam direito a uma série de benefícios oferecidos pela zona de Hukou que não a sua, como serviços básicos, hospitalares e educacionais. Sua estadia seria tolerada, sem registro local, até onde fosse conveniente para cidade e sabendo-se que não receberia o mesmo tratamento dos moradores legalmente regulados.

3.5 Mao e o Hukou

Segundo Ouriques e Andrade (2009), Mao, ao construir as bases do sistema Hukou, procurou privilegiar o proletário urbano em relação à população rural, no intuito de preparar as bases da industrialização na China. Os autores ainda afirmam que, ao contrário dos residentes do campo, os residentes urbanos recebiam benefícios sociais durante toda a vida através da ideologia da *Tigela de Arroz de Ferro* que asseguraria: alimentação garantida, previdência social, seguro saúde, seguro moradia e escola para as crianças. Os autores afirmam que as cidades e o campo se apresentavam como dois mundos separados e a única

grande migração do campo para a cidade ocorreu entre 1958 e 1959 durante o Grande Salto Adiante, devido à previsão de um grande aumento na atividade industrial e a necessidade de trazer uma grande mão de obra do campo. Mezzeti (2000), entretanto, afirma o Grande Salto foi marcado por uma grande mobilização de massas urbanas para o campo, segundo a afirmação que: *na China do Grande Salto era melhor ser comunista do que perito*. Os autores apresentam opiniões diferentes sobre a questão. Ouriques e Andrade (2009) também afirmam que mesmo tendo-se ocorrido o movimento migratório em massa do campo para a cidade durante o Grande Salto, mais de 50 milhões de camponeses migrantes permaneceram em situação ilegal por não conseguirem um registro e foram deportadas de volta para o campo através de medidas tomadas pelo governo no início da década de 1960. No governo maoísta, o Hukou se tornou eficaz devido a sua atuação com outros instrumentos do governo. O controle exercido nas comunas rurais no campo, onde todos deveriam trabalhar para que as suas famílias pudessem receber sua cota de alimento, estava completamente subordinado à coordenação militar. Da mesma forma como as zonas de trabalho nas cidades eram constantemente vigiadas pelo estado e também coordenadas por militares dificultando qualquer tentativa de migração ilegal – principalmente das massas. Visto que alimentação e serviços urbanos eram praticamente controlados pelo estado; sair do campo em busca de um emprego na cidade era considerado loucura. Poucos anos após o nascer do Grande Salto, o MSP criou nos anos 60 uma corporação policial exclusiva para o controle migracional. Os policiais especiais Huji Jing monitoram o registro de residência em todas as cidades da China. Cada policial fica responsável por cerca de 750 domicílios. Após muitos anos de trabalho, os policiais acabam adquirindo conhecimento íntimo da vizinhança sob sua responsabilidade e, portanto, conseguem exercer um controle rigoroso dos acontecimentos no local.

3.6 Economia Migracional

A partir 1985, com as políticas do desenvolvimento costeiro, os planejadores do partido buscaram flexibilizar o sistema Hukou, vista a necessidade de mão obra pujante no leste chinês. Boa parte dessa mão de obra situava-se na região central do país devido às políticas maoístas de desenvolvimento – na época, Mao não tinha interesse em desenvolver a costa chinesa que estaria geopoliticamente vulnerável em caso de ataques estrangeiros ao país comunista. A flexibilização do Hukou em 1985 foi efetuada de maneira a atrair migrantes e, conseqüentemente, mão de obra barata para as recém-formadas ZEEs, que eram abastecidas com um amontoado de pessoas que não tivessem os mesmos direitos e regalias dos cidadãos

nativos da região (pessoas com um Hukou urbano). O governo tratou de garantir aos migrantes o *Certificado de Residência Temporária* – CRT (zanzhu zheng) que garantia a permanência do migrante por cerca de três meses na região. O problema nesse contexto foi que: uma vez que não possuíam cidadania oficial nas cidades, a massa migrante não possuía direitos que os proporcionassem serviços sociais e moradia. Os migrantes tornavam-se “combustível humano” barato para as *Swetshops* – as chamadas fábricas de suor, ou seja, as fábricas que se beneficiavam com o contingente de mão de obra barata oferecido pelos migrantes – e para os canteiros de obra. Nas cidades, os migrantes tinham que pagar preços abusivos por serviços públicos. À medida que o progresso e a necessidade por mão de obra aumentava, aumentavam, também, as flexibilizações do Hukou. Uma das reformas mais significativas no Hukou ocorreu em 2003 através da abolição das antigas punições aferidas aos migrantes ilegais. A polícia não estava mais autorizada a reenviar os migrantes ilegais para casa. As políticas de flexibilização foram necessárias para atração de mão obra migrante, porém não excluiu o fato de que o desenvolvimento chinês e seu potencial de comércio internacional se desenvolveram mediante o crescimento e progresso das regiões costeiras que, por sua vez, foram privilegiadas por políticas públicas desiguais que transformaram a vida dos cidadãos chineses.

Considerações Finais

Observou-se que durante todo o período dos governos de Mao Tsé-tung e Deng Xiaoping foram elaboradas políticas que visaram o desenvolvimento econômico e social do país. Porém é fato que os dois governos foram desenvolvidos diante de vertentes ideológicas distintas e, por tanto, apresentaram objetivos e resultados diferentes em suas especificidades. Hutton (2008), ao discorrer sobre o período maoísta, trouxe considerações importantes sobre o processo de fundo de investimento do campo e da preocupação maoísta em unificar o país e iniciar o desenvolvimento industrial a partir deste mesmo fundo, assim como as falhas desse processo através do segundo plano quinquenal que culminaram com planos extremistas, como a Revolução Cultural. Sobre o período maoísta, Morais (2011) propiciou uma série de dados relevantes à situação chinesa perante outros países em desenvolvimento da época; enfatizando a boa fase chinesa perante esses países que também sofriam com a miséria e a fome. A China maoísta fora marcada pela coletivização das terras através do sistema de comunas rurais que exprimia todo o extremismo do governante e seus princípios comunistas radicais. O Hukou nasce no governo de Mao para, à princípio, efetivar o controle dos inimigos do partido (antigos militares do Kuomintang e membros do partido nacionalista) mas que, com o passar dos anos, se torna um forte sistema de controle migracional através do registro de residência. O governo de Mao termina com sua morte em 1976 e com o fim do radicalismo comunista.

Deng inicia seu governo buscando situar a China dentro do cenário internacional, reatando relações com os EUA, Japão e Coreia do Sul. A fase de responsabilidade muda todo o formato de mercado na China. Os camponeses, mesmo que ainda precisassem contribuir com uma cota de subsídios para o Estado, agora estavam livres pra lucrar novamente através da venda de excedentes agrícolas nos mercados. Criaram-se políticas de incentivo à formação de empresas nacionais que deveriam movimentar o mercado nacional. Assim também como a criação das ZEEs que proporcionaram a entrada de IDE para costa leste do país, da mesma forma que incentivou migrações massivas para a região. O Hukou passou por transformações importantes para a atração de mão de obra barata e, necessária para as novas empresas interligadas por contratos de Joint Ventures entre empresas nacionais e estrangeiras. Cresce o parque industrial chinês e os atrativos para os investidores estrangeiros.

O crescimento da economia chinesa e desenvolvimento do parque industrial foram objetivos alcançados através das políticas voltadas para a terra. As mesmas políticas que promoveram um aumento na renda camponesa, conforme ficou evidenciado no estudo sobre o

início do governo de Deng, mas que também aumentaram o *gap* entre campo e cidade com o passar dos anos e proporcionaram uma grande desigualdade entre as regiões leste e oeste no país. Onde o leste foi privilegiado por políticas que proporcionaram o desenvolvimento industrial e urbano na região e o oeste, por outro lado, permaneceu atrasado econômica e socialmente mediante a falta de incentivos que proporcionassem o desenvolvimento das regiões agrárias. Desigualdade, esta, que questiona e abala os princípios do Partido Comunista. Não seria sensato estudar todo o processo de crescimento chinês sem que fossem levantadas questões relacionadas às políticas voltadas para a vida camponesa na China maoista e no governo de Deng. O campo, por muito tempo, representou a base do desenvolvimento econômico chinês, da mesma forma que se apresentou como o principal ator dentre as inúmeras questões voltadas à terra que teceram a história da população chinesa. Fica claro que o radicalismo maoista foi o principal incentivador do crescimento de ideais capitalistas que, por vezes, foram considerados radicais, mas que foram responsáveis pela quebra de antigos paradigmas no corpo do partido comunista e pela criação de políticas inovadoras e eficazes para contexto chinês. Mesmo que o mundo não concorde com muitas das políticas elaboradas pelo gigante asiático, ainda não se pode afirmar que o mesmo país que trouxe a opressão, a fome e a miséria populacional em um dado período histórico, não será capaz de reverter a situação social através do seu acelerado crescimento econômico. Visto que através de raízes socialistas de governo e ações capitalistas de mercado, a China provou possuir um papel ímpar dentro do cenário internacional, atuando como força econômica essencial dentre do presente contexto mundial. Possuindo um papel de novo polo mundial, a China centraliza poder através de sua influência perante uma série de países periféricos, ao mesmo tempo que adentra mercados diante de todo seu potencial econômico. Mas só o futuro poderá dizer se o gigante asiático se consolidará como tal. A China é tão vasta quanto antiga, entretanto, suas políticas e controvérsias são dignas dos mais detalhados e inovadores estudos.

Referências Bibliográficas

CHANG, Leslie T.. **As garotas da fábrica; Da aldeia à cidade, numa China em transformação.** Rio de Janeiro: Intrínseca LTDA, 2010.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Coleção As esquerdas no Brasil, A Formação das Tradições 1889-1945.** Volume 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

HAUSER, Ghissia; ZEN, Aurora Carneiro; SELAO, Daniel Correa; GARCIA, Patrícia Lazzaroti. **A indústria eletrônica no Brasil e na China: Um estudo comparativo e a análise das políticas públicas de estímulo a capacidade tecnológica do setor.** Journal of Technology Management & Innovation, Volume 2. Londres, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos; O breve século XX 1914-1991.** Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

HUTTON, Will. **O Aviso na muralha; A China e o ocidente no século XXI.** Tradução Roberson Melo. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

MARTI, Michael E.. **A China de Deng Xiaoping; O homem que pôs a China na cena do século XXI.** Tradução de Antonio Sepulveda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng a Transformação da China.** Brasília: UNB 2000.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea.** Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OURIQUES, Helton R.; ANDRADE, Ricardo S. de.. **Mobilidade de trabalho na China e o sistema de registro Hukou.** Revista Pesquisa e Debate, Volume 20, numero 2. São Paulo, 2009.

POMAR, Wladmir. **Coleção Revoluções do século 20; A revolução chinesa.** São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 2003.

TSÉ-TUNG, Mao. **Coleção a obra prima de cada autor; O livro vermelho, Citações do comandante Mao Tsé-Tung.** São Paulo: Martin Claret, 2012.

Como funciona o politburo na China. Artigo da BBC Brasil acessado através do link:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/forum/story/2005/03/050303_chinapolitica.shtml

No dia 22 de Outubro de 2012.

Regime de Draw Back, informações adquiridas através do link:

http://www.regimedrawback.com.br/interno.php?secao=oquee_visao, ultimo acesso em 03 novembro de 2012.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **O Salto qualitativo de uma economia continental.** . São Paulo, Política Externa, 2003. Acessado através do link

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000143&pid=S0101-3157200600030000600019&lng=en, ultimo acesso em 08 de Novembro de 2012